



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVI - Nº 003 - SEXTA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa Diretora não disponível.

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE FEVEREIRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO *CLAUDIO CAJADO* – Comentários às consequências do processo de globalização. Críticas às provocações da mídia relativas à convocação extraordinária do Congresso Nacional. 00197

DEPUTADO *DR. ROSINHA* – Considerações sobre o anúncio da privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL.... 00198

DEPUTADO *WALTER PINHEIRO* – Críticas ao desrespeito às regras no processo eleitoral na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para eleição da mesa diretora..... 00198

DEPUTADO *FERNANDO CORUJA* – Necessidade de regulamentação das eleições das Casas legislativas do País visando a sua moralização..... 00199

DEPUTADO *ORLANDO DESCONSI* – Posicionamento contrário ao aumento do prazo de contribuição dos planos de Previdência Complementar anunciado pelo Ministério da Previdência. 00200

DEPUTADO *HENRIQUE FONTANA* – Registro do 1º Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, no período de 25 a 30 de janeiro, sobre o neoliberalismo e a globalização financeira..... 00201

DEPUTADO *EULER MORAIS* – Agradecimentos pela escolha de S. Exª como coordenador da bancada do PMDB pelo Estado de Goiás. Homenagens pelo transcurso da data natalícia do Deputado Barbosa Neto e do Senador Pedro Simon. Cumprimentos ao Deputado Michel Temer pela brilhante condução da presidência da Câmara dos Deputados. Registro da escolha do Senador Jader Barbalho para candidatura à Presidência do Senado Federal. 00202

DEPUTADO *ANTONIO CAMBRAIA* – Situação de abandono dos prédios das antigas estações ferroviárias após a privatização da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A. 00203

DEPUTADO *DR. HÉLIO* – Cobrança de uma proposta social dos candidatos à eleição da Mesa Diretora e da Presidência nas duas Casas.. 00204

DEPUTADO *GILMAR MACHADO* – Necessidade de priorização da educação nos debates nacionais. 00204

DEPUTADO *AVENZOAR ARRUDA* – Comentários à intenção de esvaziamento pelo Governo Federal dos órgãos de desenvolvimento regional, em virtude de denúncias de corrupção. 00205

DEPUTADO *CLEMENTINO COELHO* – Proposta de suspensão das votações das medidas provisórias para direcionamento à campanha para a Presidência da Câmara dos Deputados. 00206

DEPUTADO *BABÁ* – Defesa de candidatura própria à Presidência da Câmara dos Deputados pelos partidos de oposição. 00207

DEPUTADO *GERSON PERES* – Críticas à transformação da Sudam em agência de fomento antes da apuração de denúncias de irregularidades no órgão. 00208

DEPUTADO *EDINHO BEZ* – Importância do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP/MEC, para a profissionalização no Brasil. 00209

1.2.2 – Ofício

S/nº/2001, de 1º do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, comunicando obstrução do Partido da Frente Liberal na presente sessão do Congresso Nacional. 00210

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 2.114-75, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº

9.365, de 16 de dezembro de 1996 (Mensagem nº 58/2001-CN – nº 93/2001, na origem). **Aprovada no Senado Federal**, ficando a votação da Emenda nº 11 adiada, em virtude da falta de **quorum**, após parecer de plenário sobre a emenda proferido pelo Sr. Gerson Peres..... 00210

1.3.1– Pronunciamentos

DEPUTADO **SÉRGIO NOVAIS** – Encaminhamento de requerimento de informações à Mesa da Câmara dos Deputados sobre o desaparecimento do ex-Deputado Rubens Paiva..... 00211

SENADOR **ANTONIO CARLOS VALADARES** – Registro de estudo sobre os impactos das obras de transposição de águas do rio São Francisco, publicado no jornal **Cinform**, de Aracaju, e na revista virtual **Águaonline**..... 00212

DEPUTADA **LUCI CHOINACKI** – Preocupação com a greve dos caminhoneiros e a repressão ocorrida em várias partes do País..... 00214

DEPUTADO **POMPEO DE MATTOS** – Expectativas da audiência de parlamentares com o Ministro Eliseu Padilha para tratar das reivindicações dos caminhoneiros..... 00215

DEPUTADO **FERNANDO CORUJA** – Apoio ao pronunciamento do Deputado Pompeo de Mattos. 00216

DEPUTADO **ARNALDO MADEIRA** – Disposição do Ministro Eliseu Padilha de dialogar com os parlamentares sobre as reivindicações dos caminhoneiros. 00216

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Apelo aos Srs. Parlamentares para comparecerem às votações das matérias constante da pauta da convocação extraordinária..... 00217

DEPUTADO **ROBERTO JEFFERSON** – Esclarecimentos sobre a posição do PTB a respeito da obstrução à votação de matérias na sessão do Congresso Nacional de hoje, tendo em vista o atual quadro de disputa pelas presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal..... 00217

DEPUTADO **ARTHUR VIRGÍLIO** – Posicionamento contrário da Liderança do Governo às votações de matérias na presente sessão do Congresso Nacional..... 00218

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta do Congresso Nacional a realizar-se na próxima terça-feira, dia 6 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, para apreciação de Medidas Provisórias.... 00219

1.3.3 – Pronunciamentos (continuação)

DEPUTADO **PROFESSOR LUIZINHO** – Ressalvas às advertências do Sr. Antonio Carlos Magalhães, destacando que o instrumento da obstrução é regimental e legítimo..... 00219

DEPUTADO **CLEMENTINO COELHO** – Prejuízo para a sociedade brasileira caso as matérias da convocação extraordinária sejam votadas neste momento de disputa eleitoral pela presidência das duas Casas..... 00219

DEPUTADO **FERNANDO CORUJA** – Comentários sobre a derrota do Governo ontem, na votação da medida provisória que altera a data do pagamento do funcionalismo público. 00219

SENADORA **HELOÍSA HELENA** – Críticas ao Governo pela constante edição de medidas provisórias. Questionamento sobre os prejuízos gerados aos servidores públicos pelos efeitos da medida provisória que altera a data de seus pagamentos, rejeitada ontem na sessão do Congresso Nacional..... 00220

DEPUTADO **RONALDO CEZAR COELHO** – Discordância com o pronunciamento do Sr. Fernando Coruja a respeito da medida provisória que altera a data do pagamento dos funcionários públicos. Comentários sobre a figura do francês Bové, ícone do Fórum Social Mundial. 00220

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Adiamento para às 18 horas e 30 minutos, do horário da Sessão Conjunta do Congresso Nacional anteriormente convocada para a próxima terça-feira, dia 6 do corrente. 00220

1.3.5 – ORDEM DO DIA (continuação)

Item 2

Medida Provisória nº 2.074-73, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências (Mensagem nº 16/2001-CN – nº 56/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00228

Item 3

Medida Provisória nº 2.084-71, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências (Mensagem nº 25/2001-CN – nº 65/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00228

Item 4

Medida Provisória nº 2.095-71, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências (Mensagem nº 35/2001-CN – nº 75/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00228

Item 5

Medida Provisória nº 2.072-64, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. (Mensagem nº 14/2001-CN – nº 54/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00228

Item 6

Medida Provisória nº 2.062-62, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências (Mensagem nº 41/2001-CN – nº 81/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00228

Item 7

Medida Provisória nº 2.139-62, publicada no dia 29 de janeiro de 2001, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências (Mensagem nº 81/2001-CN – nº 121/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00228

Item 8

Medida Provisória nº 2.080-59, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00228

Item 9

Medida Provisória nº 2.111-49, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências (Mensagem nº 55/2001-CN – nº 91/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00228

Item 10

Medida Provisória nº 2.109-48, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e dá outras providências (Mensagem nº 53/2001-CN – nº

89/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00229

Item 11

Medida Provisória nº 2.081-45, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências (Mensagem nº 22/2001-CN – nº 62/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00229

Item 12

Medida Provisória nº 2.132-41, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências (Mensagem nº 75/2001-CN – nº 104/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00229

Item 13

Medida Provisória nº 2.082-40, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências (Mensagem nº 23/2001-CN – nº 63/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00229

Item 14

Medida Provisória nº 2.110-40, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo e dá outras providências (Mensagem nº 54/2001-CN – nº 90/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00229

Item 15

Medida Provisória nº 2.121-39, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera dispositivos das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998 e 9.811, de 28 de julho de 1999 e 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõem sobre as diretrizes

para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, respectivamente (Mensagem nº 65/2001-CN – nº 115/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00229

Item 16

Medida Provisória nº 2.068-38, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências (Mensagem nº 10/2001-CN – nº 50/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00229

Item 17

Medida Provisória nº 2.103-37, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências (Mensagem nº 47/2001-CN – nº 83/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00229

Item 18

Medida Provisória nº 2.078-36, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências (Mensagem nº 19/2001-CN – nº 59/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00229

Item 19

Medida Provisória nº 2.088-36, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências (Mensagem nº 43/2001-CN – nº 111/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00230

Item 20

Medida Provisória nº 2.097-36, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências (Mensagem nº 44/2001-CN – nº 112/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00230

Item 21

Medida Provisória nº 2.086-35, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências (Mensagem nº 27/2001-CN – nº 67/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00230

Item 22

Medida Provisória nº 2.053-35, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências (Mensagem nº 5/2001-CN – nº 45/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00230

Item 23

Medida Provisória nº 2.075-35, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro de Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências (Mensagem nº 17/2001-CN – nº 57/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00230

Item 24

Medida Provisória nº 2.099-34, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e dá outras providências (Mensagem nº 38/2001-CN – nº 78/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00230

Item 25

Medida Provisória nº 2.136-34, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências (Mensagem nº 78/2001-CN – nº 107/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00230

Item 26

Medida Provisória nº 2.073-33, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades

lesivas ao meio ambiente (Mensagem nº 15/2001-CN – nº 55/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00230

Item 27

Medida Provisória nº 2.076-33, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências (Mensagem nº 42/2001-CN – nº 110/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00230

Item 28

Medida Provisória nº 2.085-32, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências (Mensagem nº 26/2001-CN – nº 66/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00230

Item 29

Medida Provisória nº 2.069-31, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, dá outras providências (Conselho Nacional de Seguros Privados – Capitais mínimos para as sociedades seguradoras) (Mensagem nº 11/2001-CN – nº 51/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00231

Item 30

Medida Provisória nº 2.083-31, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento (Mensagem nº 24/2001-CN – nº 64/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00231

Item 31

Medida Provisória nº 2.070-28, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde (Mensagem nº 12/2001-CN – nº 52/2001, na

origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00231

Item 32

Medida Provisória nº 2.077-28, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que institui o Auxílio-Transporte aos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro 1985 (Mensagem nº 18/2001-CN – nº 58/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00231

Item 33

Medida Provisória nº 2.087-28, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências (Mensagem nº 28/2001-CN – nº 68/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00231

Item 34

Medida Provisória nº 2.100-28, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências (Mensagem nº 39/2001-CN – nº 79/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00231

Item 35

Medida Provisória nº 2.101-28, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências (Mensagem nº 45/2001-CN – nº 82/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00231

Item 36

Medida Provisória nº 2.123-28, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências (Mensagem nº 67/2001-CN – nº 120/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00231

Item 37

Medida Provisória nº 2.071-27, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências (Mensagem nº 13/2001-CN – nº 53/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**..... 00231

Item 38

Medida Provisória nº 2.102-27, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências (Mensagem nº 46/2001-CN – nº 113/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**..... 00231

Item 39

Medida Provisória nº 2.113-27, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências (Mensagem nº 57/2001-CN – nº 119/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**..... 00232

Item 40

Medida Provisória nº 2.118-27, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios (Mensagem nº 62/2001-CN – nº 96/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**..... 00232

Item 41

Medida Provisória nº 2.067-26, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências (Mensagem nº 9/2001-CN – nº 49/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00232

Item 42

Medida Provisória nº 2.134-26, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera dispositivos das Leis nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências (Mensagem nº 76/2001-CN – nº 105/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00232

Item 43

Medida Provisória nº 2.098-25, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências (Mensagem nº 37/2001-CN – nº 77/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00232

Item 44

Medida Provisória nº 2.089-24, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração (Mensagem nº 29/2001-CN – nº 69/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**..... 00232

Item 45

Medida Provisória nº 2.135-24, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências (Mensagem nº 77/2001-CN – nº 106/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**..... 00232

Item 46

Medida Provisória nº 2.066-23, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências (DNOCS) (Mensagem nº 8/2001-CN – nº 48/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00232

Item 47

Medida Provisória nº 2.094-23, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências (Mensagem nº 34/2001-CN – nº 74/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00232

Item 48

Medida Provisória nº 2.093-21, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho (Mensagem nº 33/2001-CN – nº 73/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00232

Item 49

Medida Provisória nº 2.092-20, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional (Mensagem nº 32/2001-CN – nº 72/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00232

Item 50

Medida Provisória nº 2.090-18, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante (Mensagem nº 30/2001-CN – nº 70/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00233

Item 51

Medida Provisória nº 2.124-18, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências (Mensagem nº 68/2001-CN – nº 99/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00233

Item 52

Medida Provisória nº 2.065-17, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário (Mensagem nº

7/2001-CN – nº 47/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00233

Item 53

Medida Provisória nº 2.091-16, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares (Mensagem nº 31/2001-CN – nº 71/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00233

Item 54

Medida Provisória nº 2.104-15, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao Seguro-Desemprego (Mensagem nº 48/2001-CN – nº 84/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00233

Item 55

Medida Provisória nº 2.105-15, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências (Mensagem nº 49/2001-CN – nº 85/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00233

Item 56

Medida Provisória nº 2.116-15, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que assegura percepção de gratificação por servidores das Carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências (Mensagem nº 60/2001-CN – nº 114/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00233

Item 57

Medida Provisória nº 2.115-15, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiros e dá outras providências (Mensagem nº 59/2001-CN – nº 94/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. 00233

Item 58

Medida Provisória nº 2.117-14, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce e altera dis-

positivo à Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências (Mensagem nº 61/2001-CN – nº 95/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.**.....

00234

Item 59

Medida Provisória nº 2.125-12, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências (Mensagem nº 69/2001-CN – nº 100/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.**.....

00234

Item 60

Medida Provisória nº 2.106-11, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências (Mensagem nº 50/2001-CN – nº 86/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.**.....

00234

Item 61

Medida Provisória nº 2.107-11, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre transporte rodoviário de carga e dá outras providências (Mensagem nº 51/2001-CN – nº 87/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.**.....

00234

Item 62

Medida Provisória nº 2.108-10, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências (Mensagem nº 52/2001-CN – nº 88/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.**.....

00234

Item 63

Medida Provisória nº 2.120-9, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências (Mensagem nº 64/2001-CN – nº 97/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.**.....

00234

Item 64

Medida Provisória nº 2.126-8, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea j, 10, alínea c, 15 e 16,

alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências (Mensagem nº 70/2001-CN – nº 101/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.** ..

00234

Item 65

Medida Provisória nº 2.127-6, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas (Mensagem nº 71/2001-CN – nº 102/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.**.....

00234

Item 66

Medida Provisória nº 2.128-6, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do Imposto sobre a Renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências (Mensagem nº 72/2001-CN – nº 116/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.**.....

00234

Item 67

Medida Provisória nº 2.129-5, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências (Mensagem nº 73/2000-CN – nº 117/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.** ..

00234

Item 68

Medida Provisória nº 2.061-4, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Mensagem nº 6/2001-CN – nº 46/2001, na origem). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.**.....

00235

Item 69

Medida Provisória nº 2.138-3, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências (Mensagem nº 80/2001-CN – nº 109/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00235

Item 70

Medida Provisória nº 2.122-2, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde e dá outras providências (Mensagem nº 66/2001-CN – nº 98/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00235

Item 71

Medida Provisória nº 2.131-1, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1.960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências (Mensagem nº 74/2001-CN – nº 103/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00235

Item 72

Medida Provisória nº 2.137-1, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências (Mensagem nº 79/2001-CN – nº 108/2001, na origem). **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de **quorum**. . 00235

1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MAGUITO VILELA* – Cumprimentos ao Senador Pedro Simon pelo transcurso do aniversário de S. Ex^a. . 00235

DEPUTADA ALMERINDA DE CARVALHO

– Celeridade na tramitação de projeto de lei de autoria de S. Ex^a que isenta do pagamento de passagem em ônibus os alunos matriculados no estudo fundamental. 00236

DEPUTADO *DIVALDO SURUAGY* – Transcrição de carta enviada ao Ministro da Integração Nacional a respeito do projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco. 00236

DEPUTADO *ARNON BEZERRA* – Posse da nova Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Ceará com a reeleição de Wellington Landim para a Presidência. 00237

DEPUTADO *ROBERTO PESSOA* – Homenagens aos novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Ceará para o biênio 2001/2002. 00237

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Apelo ao Governo Federal pela ampliação do mercado de trabalho para os portadores de necessidades especiais. 00238

1.3.7 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se no próximo dia 6 de fevereiro, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia de assinatura. 00239

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL****3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO****4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)****5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 3ª Sessão Conjunta, em 1º de fevereiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães e Heráclito Fortes

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 44 minutos.)

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José

Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Sarney – Julio Eduardo – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

E OS SRS. DEPUTADOS:

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Airton Cascavel	PPS	PDT/PPS
Alceste Almeida	PMDB	PMDB/PTN
Almir Sá	PPB	
Luis Barbosa	PFL	
Robério Araújo	PL	PL/PSL
Salomão Cruz	PPB	
Presentes de Roraima : 6		
AMAPÁ		
Antonio Feijão	PSDB	
Badu Picanço	PSDB	
Dr. Benedito Dias	PPB	
Eduardo Seabra	PTB	
Evandro Milhomen	PSB	PSB/PCDOB
Fátima Pelaes	PSDB	
Jurandir Juarez	PMDB	PMDB/PTN
Presentes de Amapá : 7		
PARÁ		
Anivaldo Vale	PSDB	
Asdrubal Bentes	PMDB	PMDB/PTN
Babá	PT	
Elcione Barbalho	PMDB	PMDB/PTN
Gerson Peres	PPB	
Giovanni Queiroz	PDT	PDT/PPS
Josué Bengtson	PTB	
Nilson Pinto	PSDB	
Paulo Rocha	PT	
Raimundo Santos	PFL	
Renildo Leal	PTB	
Socorro Gomes	PCdoB	PSB/PCDOB
Vic Pires Franco	PFL	
Zenaldo Coutinho	PSDB	
Presentes de Pará : 14		

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
Átila Lins	PFL	
Euler Ribeiro	PFL	
Francisco Garcia	PFL	
Luiz Fernando	PPB	
Pauderney Avelino	PFL	
Silas Câmara	PTB	
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCDOB
Presentes de Amazonas : 7		
RONDONIA		
Agnaldo Muniz	PPS	PDT/PPS
Confúcio Moura	PMDB	PMDB/PTN
Eurípedes Miranda	PDT	PDT/PPS
Marinha Raupp	PSDB	
Sérgio Carvalho	PSDB	
Presentes de Rondonia : 5		
ACRE		
Ildefonso Cordeiro	PFL	
João Tota	PPB	
José Aleksandro	PSL	PL/PSL
Márcio Bittar	PPS	PDT/PPS
Marcos Afonso	PT	
Nilson Mourão	PT	
Zila Bezerra	PFL	
Presentes de Acre : 7		
TOCANTINS		
Antônio Jorge	PTB	
Igor Avelino	PMDB	PMDB/PTN
Kátia Abreu	PFL	
Osvaldo Reis	PMDB	PMDB/PTN
Pastor Amarildo	PPB	
Presentes de Tocantins : 5		
MARANHÃO		
Albérico Filho	PMDB	PMDB/PTN
Antonio Joaquim Araújo	PPB	
Cesar Bandeira	PFL	
Costa Ferreira	PFL	
Eliseu Moura	PPB	
Francisco Coelho	PFL	
Gastão Vieira	PMDB	PMDB/PTN
João Castelo	PSDB	
José Antonio Almeida	PSB	PSB/PCDOB
Mauro Fecury	PFL	
Paulo Marinho	PFL	
Pedro Fernandes	PFL	
Remi Trinta	PST	
Roberto Rocha	PSDB	
Presentes de Maranhão : 14		

	Partido	Bloco
CEARÁ		
Adolfo Marinho	PSDB	
Aníbal Gomes	PMDB	PMDB/PTN
Antonio Cambraia	PSDB	
Arnon Bezerra	PSDB	
Eunício Oliveira	PMDB	PMDB/PTN
Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCDOB
José Linhares	PPB	
José Pimentel	PT	
Léo Alcântara	PSDB	
Manoel Salviano	PSDB	
Marcelo Teixeira	PMDB	PMDB/PTN
Mauro Benevides	PMDB	PMDB/PTN
Moroni Torgan	PFL	
Nelson Otoch	PSDB	
Pinheiro Landim	PMDB	PMDB/PTN
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Roberto Pessoa	PFL	
Rommel Feijó	PSDB	
Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB
Ubiratan Aguiar	PSDB	
Vicente Arruda	PSDB	
Presentes de Ceará : 21		
PIAUÍ		
Átila Lira	PSDB	
B. Sá	PSDB	
Heráclito Fortes	PFL	
Marcelo Castro	PMDB	PMDB/PTN
Mussa Deme	PFL	
Themístocles Sampaio	PMDB	PMDB/PTN
Wellington Dias	PT	
Presentes de Piauí : 7		
RIO GRANDE DO NORTE		
Ana Catarina	PMDB	PMDB/PTN
Carlos Alberto Rosado	PFL	
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PMDB/PTN
Iberê Ferreira	PPB	
Laire Rosado	PMDB	PMDB/PTN
Lavoisier Maia	PFL	
Múcio Sá	PMDB	PMDB/PTN
Ney Lopes	PFL	
Presentes de Rio Grande do Norte : 8		

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
Adauto Pereira	PFL	
Armando Abílio	PMDB	PMDB/PTN
Avenzoar Arruda	PT	
Carlos Dunga	PMDB	PMDB/PTN
Damião Feliciano	PMDB	PMDB/PTN
Domiciano Cabral	PMDB	PMDB/PTN
Efraim Moraes	PFL	
Enivaldo Ribeiro	PPB	
Inaldo Leitão	PSDB	
Ricardo Rique	PSDB	
Wilson Braga	PFL	
Presentes de Paraíba : 11		
PERNAMBUCO		
Armando Monteiro	PMDB	PMDB/PTN
Carlos Batata	PSDB	
Clementino Coelho	PPS	PDT/PPS
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB
Fernando Ferro	PT	
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB
Inocêncio Oliveira	PFL	
João Colaço	PMDB	PMDB/PTN
Joaquim Francisco	PFL	
José Mendonça Bezerra	PFL	
Luiz Piauhyllino	PSDB	
Osvaldo Coelho	PFL	
Pedro Corrêa	PPB	
Pedro Eugênio	PPS	PDT/PPS
Ricardo Fiuza	PFL	
Salatiel Carvalho	PMDB	PMDB/PTN
Presentes de Pernambuco : 17		
ALAGOAS		
Augusto Farias	PPB	
Divaldo Suruagy	PMDB	PMDB/PTN
Givaldo Carimbão	PSB	PSB/PCDOB
Helenildo Ribeiro	PSDB	
João Caldas	PL	PL/PSL
José Thomaz Nonô	PFL	
Olavo Calheiros	PMDB	PMDB/PTN
Regis Cavalcante	PPS	PDT/PPS
Presentes de Alagoas : 8		
SERGIPE		
Augusto Franco	PSDB	
Ivan Paixão	PPS	PDT/PPS
Jorge Alberto	PMDB	PMDB/PTN
José Teles	PSDB	
Pedro Valadares	PSB	PSB/PCDOB
Tânia Soares	PCdoB	PSB/PCDOB
Presentes de Sergipe : 6		

	Partido	Bloco
BAHIA		
Ariston Andrade	PFL	
Benito Gama	PFL	
Claudio Cajado	PFL	
Coriolano Sales	PMDB	PMDB/PTN
Eujácio Simões	PL	PL/PSL
Félix Mendonça	PTB	
Gerson Gabrielli	PFL	
Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB
Jaime Fernandes	PFL	
Jairo Carneiro	PFL	
João Almeida	PSDB	
João Carlos Bacelar	PFL	
João Leão	PSDB	
Jonival Lucas Junior	PMDB	PMDB/PTN
Jorge Khoury	PFL	
José Lourenço	PMDB	PMDB/PTN
José Rocha	PFL	
Jutahy Junior	PSDB	
Leur Lomanto	PMDB	PMDB/PTN
Luiz Alberto	PT	
Mário Negromonte	PSDB	
Nelson Pellegrino	PT	
Nilo Coelho	PSDB	
Paulo Braga	PFL	
Paulo Magalhães	PFL	
Pedro Irujo	PFL	
Roland Lavigne	PMDB	PMDB/PTN
Saulo Pedrosa	PSDB	
Ursicino Queiroz	PFL	
Waldir Pires	PT	
Walter Pinheiro	PT	
Presentes de Bahia : 31		

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Antônio do Valle	PMDB	PMDB/PTN
Bonifácio de Andrada	PSDB	
Cabo Júlio	PL	PL/PSL
Carlos Mosconi	PSDB	
Cleuber Carneiro	PFL	
Custódio Mattos	PSDB	
Danilo de Castro	PSDB	
Edmar Moreira	PPB	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Eliseu Resende	PFL	
Gilmar Machado	PT	
Glycon Terra Pinto	PMDB	PMDB/PTN
Herculano Anghinetti	PPB	
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
Jaime Martins	PFL	
João Magalhães	PMDB	PMDB/PTN
João Magno	PT	
José Militão	PSDB	
Lael Varella	PFL	
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
Marcos Lima	PMDB	PMDB/PTN
Maria Elvira	PMDB	PMDB/PTN
Mário Assad Júnior	PFL	
Mário de Oliveira	PMDB	PMDB/PTN
Narcio Rodrigues	PSDB	
Odelmo Leão	PPB	
Olimpio Pires	PDT	PDT/PPS
Osmânio Pereira	PSDB	
Paulo Delgado	PT	
Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL
Roberto Brant	PFL	
Romel Anizio	PPB	
Romeu Queiroz	PSDB	
Ronaldo Vasconcellos	PL	PL/PSL
Saraiva Felipe	PMDB	PMDB/PTN
Saulo Coelho	PSDB	
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
Silas Brasileiro	PMDB	PMDB/PTN
Tilden Santiago	PT	
Walfrido Mares Guia	PTB	
Zezé Perrella	PFL	

Presentes de Minas Gerais : 42

	Partido	Bloco
ESPÍRITO SANTO		
Feu Rosa	PSDB	
João Coser	PT	
José Carlos Elias	PTB	
José Carlos Fonseca Jr.	PFL	
Magno Malta	PTB	
Marcus Vicente	PSDB	
Max Mauro	PTB	
Nilton Baiano	PPB	
Ricardo Ferraço	PSDB	
Rita Camata	PMDB	PMDB/PTN
Presentes de Espírito Santo : 10		

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
Alcione Athayde	PPB	
Aldir Cabral	PFL	
Alexandre Cardoso	PSB	PSB/PCDOB
Alexandre Santos	PSDB	
Almerinda de Carvalho	PFL	
Arolde de Oliveira	PFL	
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
Candinho Mattos	PPS	PDT/PPS
Carlos Santana	PT	
Cornélio Ribeiro	PDT	PDT/PPS
Dino Fernandes	PSDB	
Dr. Heleno	PSDB	
Eurico Miranda	PPB	
Fernando Gabeira	PV	
Fernando Gonçalves	PTB	
Iéδιο Rosa	PMDB	PMDB/PTN
Itamar Serpa	PSDB	
Jair Bolsonaro	PPB	
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB
João Mendes	PMDB	PMDB/PTN
João Sampaio	PDT	PDT/PPS
Jorge Bittar	PT	
Jorge Wilson	PMDB	PMDB/PTN
José Carlos Coutinho	PFL	
José Egydio	PFL	PL/PSL
Laura Carneiro	PFL	
Luisinho	PST	
Luiz Ribeiro	PSDB	
Luiz Sérgio	PT	
Marcio Fortes	PSDB	
Milton Temer	PT	
Miriam Reid	PDT	PDT/PPS
Miro Teixeira	PDT	PDT/PPS
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB
Paulo Feijó	PSDB	
Roberto Jefferson	PTB	
Rodrigo Maia	PTB	
Ronaldo Cezar Coelho	PSDB	
Rubem Medina	PFL	
Simão Sessim	PPB	
Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL
Vivaldo Barbosa	PDT	PDT/PPS
Wanderley Martins	PFL	
Presentes de Rio de Janeiro : 43		

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Alberto Goldman	PSDB	
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB
Angela Guadagnin	PT	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
Antonio Kandir	PSDB	
Arnaldo Faria de Sá	PPB	
Arnaldo Madeira	PSDB	
Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
Celso Russomanno	PPB	
Chico Sardelli	PFL	
Clovis Volpi	PSDB	
Coraucci Sobrinho	PFL	
Cunha Bueno	PPB	
De Velasco	PSL	PL/PSL
Delfim Netto	PPB	
Dr. Hélio	PDT	PDT/PPS
Duilio Pisaneschi	PTB	
Emerson Kapaz	PPS	PDT/PPS
Fernando Zuppo	PDT	PDT/PPS
Gilberto Kassab	PFL	
Iara Bernardi	PT	
Ivan Valente	PT	
Jair Meneguelli	PT	
João Eduardo Dado	PMDB	PMDB/PTN
João Herrmann Neto	PPS	PDT/PPS
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	PMDB/PTN
Jose Coimbra	PTB	
José de Abreu	PTN	PMDB/PTN
José Dirceu	PT	
José Genoíno	PT	
José Índio	PMDB	PMDB/PTN
José Roberto Batochio	PDT	PDT/PPS
Julio Semeghini	PSDB	
Kincas Mattos	PSB	PSB/PCDOB
Lamartine Posella	PMDB	PMDB/PTN
Luiz Antonio Fleury	PTB	
Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	
Marcelo Barbieri	PMDB	PMDB/PTN
Marcos Cintra	PFL	
Medeiros	S.Part.	
Michel Temer	PMDB	PMDB/PTN
Milton Monti	PMDB	PMDB/PTN
Moreira Ferreira	PFL	
Nelo Rodolfo	PMDB	PMDB/PTN
Nelson Marquezelli	PTB	
Neuton Lima	PFL	
Orlando Fantazzini	PT	
Paulo Lima	PMDB	PMDB/PTN
Professor Luizinho	PT	
Ricardo Berzoini	PT	
Ricardo Izar	PMDB	PMDB/PTN

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Rubens Furlan	PPS	PDT/PPS
Salvador Zimbaldi	PSDB	
Sampaio Dória	PSDB	
Silvio Torres	PSDB	
Telma de Souza	PT	
Vadão Gomes	PPB	
Wagner Rossi	PMDB	PMDB/PTN
Wagner Salustiano	PPB	
Xico Graziano	PSDB	
Zulaiê Cobra	PSDB	
Presentes de São Paulo : 61		
MATO GROSSO		
Murilo Domingos	PTB	
Pedro Henry	PSDB	
Teté Bezerra	PMDB	PMDB/PTN
Wilson Santos	PMDB	PMDB/PTN
Presentes de Mato Grosso : 4		
DISTRITO FEDERAL		
Alberto Fraga	PMDB	PMDB/PTN
Jorge Pinheiro	PMDB	PMDB/PTN
Maria Abadia	PSDB	
Paulo Octávio	PFL	
Wigberto Tartuce	PPB	
Presentes de Distrito Federal : 5		
GOIÁS		
Aldo Arantes	PCdoB	PSB/PCDOB
Euler Moraes	PMDB	PMDB/PTN
Geovan Freitas	PMDB	PMDB/PTN
Jovair Arantes	PSDB	
Juquinha	PSDB	
Lidia Quinan	PSDB	
Lúcia Vânia	PSDB	
Luiz Bittencourt	PMDB	PMDB/PTN
Norberto Teixeira	PMDB	PMDB/PTN
Pedro Canedo	PSDB	
Pedro Chaves	PMDB	PMDB/PTN
Roberto Balestra	PPB	
Ronaldo Caiado	PFL	
Zé Gomes da Rocha	PMDB	PMDB/PTN
Presentes de Goiás : 14		
MATO GROSSO DO SUL		
Flávio Derzi	PMDB	PMDB/PTN
João Grandão	PT	
Manoel Vitorio	PT	
Marçal Filho	PMDB	PMDB/PTN
Marisa Serrano	PSDB	
Nelson Trad	PTB	
Waldemir Moka	PMDB	PMDB/PTN
Presentes de Mato Grosso do Sul : 7		

	Partido	Bloco
PARANÁ		
Abelardo Lupion	PFL	
Affonso Camargo	PFL	
Airton Roveda	PSDB	
Alex Canziani	PSDB	
Basílio Villani	PSDB	
Dilceu Sperafico	PPB	
Dr. Rosinha	PT	
Flávio Arns	PSDB	
Gustavo Fruet	PMDB	PMDB/PTN
Iris Simões	PTB	
Ivanio Guerra	PFL	
José Borba	PMDB	PMDB/PTN
José Carlos Martinez	PTB	
José Janene	PPB	
Luiz Carlos Hauly	PSDB	
Márcio Matos	S.Part.	
Moacir Micheletto	PMDB	PMDB/PTN
Nelson Meurer	PPB	
Odílio Balbinotti	PSDB	
Oliveira Filho	PL	PL/PSL
Osmar Serraglio	PMDB	PMDB/PTN
Padre Roque	PT	
Ricardo Barros	PPB	
Rubens Bueno	PPS	PDT/PPS
Werner Wanderer	PFL	
Presentes de Paraná : 25		
SANTA CATARINA		
Antônio Carlos Konder Reis	PFL	
Carlito Merss	PT	
Edinho Bez	PMDB	PMDB/PTN
Edison Andrino	PMDB	PMDB/PTN
Eni Voltolini	PPB	
Fernando Coruja	PDT	PDT/PPS
Hugo Biehl	PPB	
João Matos	PMDB	PMDB/PTN
João Pizzolatti	PPB	
Luci Choinacki	PT	
Paulo Gouvêa	PFL	
Renato Vianna	PMDB	PMDB/PTN
Serafim Venzon	PDT	PDT/PPS
Vicente Caropreso	PSDB	
Presentes de Santa Catarina : 14		

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
Adão Pretto	PT	
Airton Dipp	PDT	PDT/PPS
Alceu Collares	PDT	PDT/PPS
Ana Maria Corso	PT	
Augusto Nardes	PPB	
Cezar Schirmer	PMDB	PMDB/PTN
Clovis Ilgenfritz	PT	
Darcísio Perondi	PMDB	PMDB/PTN
Edir Oliveira	PTB	
Enio Bacci	PDT	PDT/PPS
Esther Grossi	PT	
Ezidio Pinheiro	PSDB	
Fetter Júnior	PPB	
Germano Rigotto	PMDB	PMDB/PTN
Henrique Fontana	PT	
Júlio Redecker	PPB	
Luis Carlos Heinze	PPB	
Marcos Rolim	PT	
Nelson Marchezan	PSDB	
Orlando Desconsi	PT	
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL
Paulo Paim	PT	
Pompeo de Mattos	PDT	PDT/PPS
Roberto Argenta	PHS	
Synval Guazzelli	PMDB	PMDB/PTN
Telmo Kirst	PPB	
Waldomiro Fioravante	PT	
Yeda Crusius	PSDB	
Presentes de Rio Grande do Sul : 28		

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores e 427 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

O SR. CLAUDIO CAJADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, dinheiro, poder e lucro não destroem o mundo. Refiro-me, claro, de forma contrária. Há alguns manifestantes antiglobalização, que, mal orientados, passeavam em Davos, Suíça, durante o Fórum Econômico Mundial.

Todo país quer ter dinheiro, poder e lucro. Esse trinômio é disputado por todos no mundo.

Vivemos numa grande aldeia global e devemos respeitar a liberdade de expressão, mas não podemos compactuar com manifestações desse tipo.

Da mesma forma, e ao mesmo tempo, assistimos a manifestações semelhantes no Brasil, durante o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre.

Sr. Presidente, em qualquer processo de transformação é preciso enfrentar problemas e dificuldades. Sobrepor às adversidades faz parte de qualquer processo.

A globalização das economias tem deixado um lastro de desempregados em todo o mundo, até em nações desenvolvidas, como as do continente europeu. Não é um problema só das nações em desenvolvimento como o Brasil.

Contudo, é preciso enfrentar os problemas com sabedoria e astúcia. Afinal, só haverá empregos e salários se houver dinheiro para os investimentos, poder de negociação para enfrentamento de nações mais desenvolvidas e, claro, alguma expectativa de lucro para os investidores. Ninguém joga na loteria sem a esperança de poder lucrar.

Sr. Presidente, o Brasil tem enfrentado os problemas advindos da globalização e o tem feito de forma invejável. Somos um País, hoje, que tem consciência de que nossos interesses definem-se por meio de nossos valores.

Nosso País hoje defende seus interesses, mas entende a complexidade do jogo que caracteriza as relações internacionais.

Esses dois grandes encontros, tanto o de Davos, quanto o de Porto Alegre, revestem-se de impor-

tância. Todavia, como bem observou o Exm^o Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, “o econômico sem o social é desumano, e o social sem o econômico é mera veleidade, voluntarismo inócuo”.

Um depende do outro. Não adianta querer emprego e salário sem ter o amparo de uma economia forte e estruturada.

A nova ordem mundial impõe que as nações estejam inseridas no contexto global, não há retorno. Devemos enfrentar os problemas buscando soluções inteligentes e compartilhadas para não ficarmos à margem, desprezados pelo resto do mundo.

Os problemas sociais só poderão ser enfrentados com uma economia estabilizada, forte e competitiva, como a que o Brasil está construindo.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Não bastasse o alto custo que pagamos por estar cumprindo uma determinação constitucional que nos obriga à sessão extraordinária em pleno período de recesso, direito de todos, somos, ainda, obrigados a aceitar provocações que a mídia impõe devido ao custo financeiro que ela representa para os cofres públicos.

Serão despendidos, só na Câmara, algo em torno de R\$9,5 milhões, quantia que poderia ser utilizada em projetos mais importantes e necessários ao País nas áreas de infra-estrutura e saneamento, por exemplo.

Esse montante poderia ser melhor aproveitado pelo Governo, caso o Poder Executivo deixasse de exercer a função de legislar.

O Poder legiferante é do Congresso Nacional. É inaceitável que continuemos sendo massacrados pela mídia, que, acertadamente, cumpre seu papel, em função do excessivo número de medidas provisórias editadas.

Senador Antonio Carlos Magalhães, quero parabenizá-lo e, também, o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, pelo aditamento a esta pauta do Executivo da emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias.

O Governo tem sido, equivocadamente, responsável pela maioria das leis editadas no País, e essa não é sua prerrogativa.

São leis editadas por meio das MP, sem o preceito constitucional de urgência e relevância. Finalmente, poderemos ao menos limitá-las.

É preciso expor de forma clara ao povo brasileiro que esses quase 10 milhões de reais que serão gastos só em pagamentos dos Deputados não foram provocados pelos membros do Congresso Nacional.

Estamos aqui a contragosto. Estamos apenas cumprindo nossa obrigação constitucional de nos reunirmos extraordinariamente para apreciação de medidas provisórias editadas e reeditadas no período de recesso parlamentar.

Este Congresso tem sido responsável e profícuo para o País. Não faltamos em nenhum momento. É chegada a hora de retirar do Poder Executivo a atribuição de legislar. Essa função é do Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o debate sobre a privatização dos serviços públicos continua em nosso País. E, especificamente no meu estado, esse debate ganha fôlego novamente quando o Governador anuncia a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL.

Num recente debate na Câmara de Vereadores do Município de Londrina, o representante da Copel citou algumas razões pelas quais o Governo defende a privatização da maior empresa paranaense, uma empresa de reconhecimento mundial, com suas ações negociadas na Bolsa de Nova Iorque, e que presta consultoria em âmbito mundial para a construção de hidrelétricas.

Alega o Governador do Estado que a empresa precisava ser privatizada porque provavelmente deixará de ser competitiva na chamada lei do mercado. E diz ainda que deve ser privatizada porque as leis brasileiras fazem com que a empresa não seja competitiva.

Ora, Srs. Congressistas, lei não é estática. Aliás, todos deste Parlamento e os demais Parlamentares do mundo sabem que a lei é dinâmica e pode ser alterada caso seja necessário. E dizer que uma empresa como a Copel não é competitiva, quando obtém lucratividade de cerca de 300 milhões anuais, significa que, sob a égide do Governador Jaime Lerner, nada é competitivo, porque ele é incompetente e corrupto. Tanto é que as estatais do nosso estado, a exemplo do Banestado, experimentaram rombo superior à verba desviada da obra do TRT. E o gerente que ocasionou esse prejuízo, responsável pelo rombo, o Sr. Osvaldo Magalhães, foi promovido a Secretário de Estado logo após as denúncias.

Hoje, o mesmo Diretor da Copel é o Secretário de Finanças do Estado do Paraná. O Secretário ante-

rior foi um dos que mais permitiram desvio de verbas públicas na administração do nosso estado e este que atualmente está ocupando a Secretaria é o braço do setor privado na Administração Pública, pois o Sr. Ingo Henrique Hübert, Secretário de Finanças e ex-Diretor da Copel, foi indicado por ninguém mais do que o Sr. Mário Sérgio Petraglia, ex-Diretor da Inepar, uma das maiores empresas paranaenses, que também está em dificuldades financeiras, em razão de uma ineficiente administração. Coincidentemente, o Sr. Ingo foi o tesoureiro de campanha do Sr. Jaime Lerner e hoje é o seu Secretário de Finanças.

É lógico que, com tais relações de poderes na gestão da Copel, construídas para favorecer o setor privado, essa empresa ficará incapaz e insuficiente para competir no mercado de energia.

A Copel é uma empresa bem administrada, produz energia e a distribui em nosso estado. Não tem como não ser competitiva com uma lucratividade de 300 milhões. Querem privatizá-la porque lêem e aceitam a cartilha e as lições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, instrumentos do grande capital internacional.

A Eletrosul já foi privatizada na sua geração de energia. Existem duas hidrelétricas privatizadas no Rio Iguaçu. A Copel tem três hidrelétricas no rio Iguaçu. Caso a empresa belga Tracbel compre a Copel na sua geração, ela não somente terá o monopólio da produção de energia do nosso estado, mas também será dona de um dos maiores rios que corta nosso estado, o rio Iguaçu. Ao mesmo tempo, privatiza-se a geração de energia e privatiza-se um rio.

Por isso, nós, paranaenses, que somos conscientes, defendemos o desenvolvimento do nosso estado, não somos empreguistas e não estamos a serviço das grandes empresas e do capital mundial, defendemos que a Copel seja uma empresa estatal, pois ela é patrimônio do nosso povo e não do Sr. Jaime Lerner. Foi construída ao longo do tempo com nossa contribuição, hoje é nosso patrimônio e não deve ser vendida.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o processo eleitoral na Câmara dos Deputados e nas Casas Legislativas é recheado de disputas entre os partidos na busca pelo comando político, com uma expressão considerável do ponto de vista da sociedade, dos destinos. Lamentavelmente, a disputa na Casa não tem sido marcada por um caminho de propostas, mas de ofertas, de busca de ganho de elei-

tores, que, em certa medida, tem-se aproximado em muito do processo eleitoral que costumadamente temos denunciado: a velha e conhecida prática da possibilidade de ganhar o eleitor pela boca, como se fosse peixe, com ofertas, com barganhas, com troca.

Assim como condenamos o processo eleitoral das chamadas eleições gerais com abuso do poder econômico, com uso de mecanismos e ferramentas espúrias, quando ocorre em uma Casa legislativa é pior ainda.

Além desses problemas, temos vivenciado um comportamento cada vez mais estranho nessas disputas. Ontem à noite, nesta Casa, denunciei uma manobra na Assembléia Legislativa do meu estado, a Bahia, que quer usar como referência o fato de a Câmara dos Deputados e o Senado Federal terem adiado a eleição do dia 1º para o dia 14 de fevereiro. Portanto, transferir a eleição da Assembléia Legislativa da Bahia para adiante, quando deveria acontecer hoje.

O inusitado é que os Deputados que dão sustentação ao Governo do Estado da Bahia optam por se espelhar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal no que diz respeito à data, mas não querem, de forma alguma, adotar o critério de respeito à proporcionalidade dos partidos. E, como de costume, excluem da Mesa Diretora a participação dos chamados partidos de oposição.

Vale o critério para aumentar o tempo de um mandato, para dizer que outras Casas, no âmbito nacional, têm adotado a prática de não realizar a eleição no dia 1º de fevereiro, mas não vale o critério da democracia, do respeito à participação de todos os partidos.

Seria importante que aqueles que ora disputam a Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pudessem também influenciar seus partidos em outras instâncias, porque ouço todos falarem em Câmara independente, em democracia na representação e até oferecimento de cargos aos partidos da Oposição. Mas no lugar onde esses partidos têm a maioria funciona o rolo compressor, o massacre, a não-democracia. A democracia, ou seu discurso, só vale quando aparentemente o partido está numericamente inferiorizado. Temos assistido a essa prática em todos os cantos do País.

Portanto, a Câmara mostra uma lição positiva – algo que nós, do PT, temos realçado: o fato de a chamada regra tratar todos exatamente a partir do tamanho que têm. É por isso que o Partido dos Trabalhadores tem anunciado veementemente, nesta Casa, que não quer negociar cargo com nenhum dos candidatos

a Presidente, pois quer o cargo que lhe compete na Mesa segundo o tamanho de sua bancada, mantendo inclusive a coerência do partido ao longo da sua história na política e nesta Casa.

Gostaríamos muito que fossem utilizados processos democráticos nesse patamar de disputa, no que diz respeito ao comportamento e à questão política; que se adote tratamento igual, a fim de que nós, na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, não necessitemos de uma ação judicial, de uma busca de liminar para garantir o direito de eleição, ou melhor, consagrar o direito de ocupar um espaço na Mesa Diretora.

Isso deveria ser tratado também no âmbito do debate político e do respeito às regras democráticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o assunto levantado pelo Deputado Walter Pinheiro é de extraordinária importância. O Congresso precisa refletir sobre essa questão.

O Constituinte de 1988 sabiamente colocou no art. 58 do texto constitucional que na eleição das Mesas e de cada Comissão, tanto quanto possível, deve ser obedecido o critério da proporcionalidade dos partidos ou dos blocos parlamentares. Isto é, os partidos precisam ser representados de forma que tenham cargos nas Comissões e na Mesa na proporção do número de Deputados, de Senadores ou de Deputados Estaduais ou Vereadores que se tenham elegido.

Qual a finalidade disso?

A finalidade é que realmente o Parlamento represente, em todas as esferas, a vontade popular. Ora, temos uma democracia representativa, e o povo escolhe seus representantes e os que vão comandar as Casas legislativas.

A Constituição fixa para o Executivo e para o Legislativo critérios como data de posse, mas o que acontece é que esse dispositivo, que vale para o Congresso Nacional, e está repetido em todas as Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores deste País, não é obedecido. Assim é que, por exemplo, em uma Câmara de Vereadores com nove representantes, sendo quatro de um partido e quatro de outro, após negociações políticas muitas vezes espúrias, aquele que tem apenas um vereador é o que consegue eleger o Presidente da Câmara porque ele acaba sendo o fiel da balança.

Ora, é preciso moralizar a escolha do comando das Casas legislativas. Admito que avançamos com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora com muitas divergências, de uma forma ou de outra ela trouxe alguns progressos no cuidado com o dinheiro público, atingindo também as Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional. Porém, no meu entendimento, precisamos avançar também na escolha da representação do comando das Casas Legislativas.

Estamos estudando de que forma fazer isso, se é preciso apresentar emenda constitucional ou se pode ser feito por lei geral. É preciso disciplinar algumas questões como, primeiro, como funciona a proporcionalidade, qual o momento exato em que devem ser somados os representantes para saber qual partido vai indicar o Presidente da Casa. Na Câmara dos Deputados, o Presidente Michel Temer definiu que era o dia 15 de dezembro. Foi um critério arbitrário, utilizando o livre arbítrio de S. Ex^a Poderia ter sido escolhido o dia das eleições ou o dia 1º de janeiro. Portanto, é preciso haver um dispositivo legal que fixe a data, que marque a data.

Segundo, é preciso haver critérios estipulando quando e de que forma essa representação vai proporcionar a indicação do Presidente do comando da Casa, senão continuaremos discutindo aquilo que o filósofo francês pós-moderno Baudrillard chamou de simulacro: a realidade acaba não valendo – hoje não é mais a geografia que dá o mapa; é o mapa que dá a geografia do local, porque o que vale é o simulacro, e ficamos envolvidos em discussões surrealistas, sem atingir a realidade, aquilo que é importante. Por isso, é preciso haver alterações.

O quadro da disputa hoje no Senado Federal chegou às raias do embate, dos impropérios, dos vitupérios, do absurdo por tudo o que foi dito, e isso não pode continuar.

Temos que disciplinar a forma como vão ser escolhidos os representantes, os comandos das Mesas das Câmaras Legislativas dos estados e dos municípios. Precisamos definir isso claramente. Por isso, estamos analisando que tipo de modificação devemos apresentar, se por meio de emenda constitucional ou de projeto de lei geral que possa disciplinar essa questão no País.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Desconsi.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Decreto nº 3.721/2001 ataca os traba-

lhadores participantes da previdência complementar. O Ministro da Previdência Waldeck Ornêlas, discípulo de ACM, que se tem notabilizado pelo ataque sistemático aos trabalhadores, juntamente com o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, aprontou mais uma. Em 9 de janeiro de 2001, aprovou o Decreto nº 3.721, o qual altera o Decreto nº 81.240/78, destinado a regulamentar a Lei nº 6.435/77, que trata do disciplinamento da previdência complementar.

A intenção do Governo é clara: quer ampliar o prazo de contribuição dos participantes associados de planos de previdência complementar, alongando a idade mínima de 55 para 60 anos nos planos de contribuição definida e para 65 anos nos planos de benefício definido.

Ora, na medida em que aumenta a idade mínima para obtenção do benefício, o Governo pretende dar o calote nos trabalhadores, pois a dívida que as empresas estatais têm com os fundos de pensão desaparecerá da noite para o dia, uma vez que, com o aumento da idade mínima, os trabalhadores contribuirão mais que o necessário para ter o benefício contratado. Em suma, os trabalhadores serão penalizados duplamente: terão que trabalhar mais tempo e pagarão as contribuições que são devidas pelo próprio Governo.

As ilegalidades são tantas e tamanhas que o próprio regime militar, quando criou o Decreto nº 81.240/78, não ousou tanto como agora a do bradi nha FHC e Ornêlas o fez. Em 1978, o decreto passou a ter vigência a partir da data da sua publicação, 23 de janeiro de 1978, não retroagindo seus efeitos. Agora, o Decreto nº 3.721/2001, em flagrante inconstitucionalidade, ferindo direitos e contratos assinados, altera relações contratuais existentes sob o argumento de que o sistema não terá condições de conceder os benefícios contratados, porque daqui a dez anos estará falido, segundo a Secretária da Previdência Complementar, Solange Paiva Vieira.

Primeiro, há que se perguntar: e os cálculos atuariais elaborados por empresas de renome internacional? Se estão errados, é necessário tomar medidas punitivas contra essas empresas. Segundo, os trabalhadores estão trabalhando para ter um benefício. Ao ampliar o prazo, o Governo está apropriando-se indevidamente das reservas dos participantes. Vai devolver o dinheiro? Claro que não. Mais uma vez, o trabalhador pagará a conta, em nome da velha cantilena do equilíbrio das contas públicas, a exemplo do pagamento da correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A moralidade da utilização dos recursos públicos só vale quando é para os trabalhadores. O Proere e o salvamento dos bancos FonteCindam, Marka, Econômico, Bamerindus e Nacional demonstram que este Governo que aí está tem cumplicidade com o setor financeiro, o grande financiador da campanha de FHC.

A discussão acerca do Decreto nº 3.721/2001, no meu ponto de vista, está equivocada. Se não, vejamos: estamos a questionar o Decreto nº 3.721/2001 para manter a idade mínima de 55 anos para a complementação à aposentadoria. Ora, a grande luta dos trabalhadores nos últimos anos foi derrubar o Decreto nº 81.240/78, que é inconstitucional e cria diferenciação entre associados de um mesmo plano: os de antes de janeiro de 1978, que não precisam ter 55 anos para ter o benefício, e os de depois de 1978, que, além do tempo de contribuição, têm a necessidade da idade mínima de 55 anos.

Precisamos retomar a luta para derrubar o limite de idade dos 55 anos prevista no Decreto nº 81.240/78, que exorbitou em relação à Lei nº 6.435 – a qual não estabelece idade mínima – por meio de uma mobilização dos Parlamentares e dos associados dos fundos de pensão. Além disso, precisamos estudar medidas jurídicas contra os gestores dessas idéias mirabolantes contra os trabalhadores, como está no decreto proposto pelo Ministro da Previdência e sua assecla, a Secretária de Previdência Complementar, a fim de punir quem pratica apropriação indebita de recursos dos trabalhadores.

O Governo, por meio da grande imprensa, tenta transformar dívida em déficit técnico, veiculando informações mentirosas, a fim de jogar a população contra os fundos de pensão.

O principal motivo nisso tudo é que o calote na dívida que as empresas estatais possuem com os fundos de pensão de seus empregados, a redução do custeio administrativo dos planos via arrocho salarial ou demissão e a troca de plano de benefício definido para contribuição definida são pontos fundamentais para que o Governo implemente a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras.

Por este motivo, estaremos mobilizados no Congresso Nacional, juntamente com os Parlamentares comprometidos com os trabalhadores, para derrubar este decreto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. De-

putados e Senadores, nos dias 25 a 30 de janeiro deste ano realizou-se em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o 1º Fórum Social Mundial, que marcou o início de um profundo processo de debate para pôr um freio, na minha opinião progressivo e definitivo, nos defensores do chamado pensamento único do neoliberalismo e da globalização financeira.

Mais de 15 mil pessoas, vindas de mais de 117 países, participaram do evento, representando organizações não-governamentais, partidos políticos; enfim, o pensamento de todos aqueles que querem encontrar uma alternativa diferenciada da globalização financeira, que só trata da chamada liberdade de mercado, liberdade para o trânsito de mercadorias, liberdade para os capitais financeiros.

Em Porto Alegre, debatemos o outro mundo possível, o mundo que quer valorizar a solidariedade, que quer valorizar o direito de todos os homens e mulheres a uma vida digna, ao emprego, a políticas públicas e sociais.

Lá, tivemos oportunidade de assistir a um debate entre os homens que defendem a globalização financeira, reunidos em Davos, e os representantes do Fórum Social Mundial, reunidos em Porto Alegre. Uma das perguntas mais freqüentes feitas pelos financistas de Davos era a velha cantilena: “Afinal, qual é a proposta da esquerda alternativa à globalização financeira?” Pois além de respondermos qual é a nossa proposta, estamos nesta tribuna, como estivemos no Fórum Social Mundial, para perguntar: Qual é a proposta de Davos? Qual é a proposta daqueles que defendem o neoliberalismo e a globalização financeira, como é o caso do Presidente do nosso País, Fernando Henrique Cardoso?

Será que os homens de Davos, os homens do capitalismo financeiro querem propor a países como o Brasil mais privatizações? Será que a receita de equilíbrio das contas públicas dos homens de Davos é a mesma que foi aplicada no Brasil ao longo dos últimos seis anos e elevou nossa dívida pública de 60 para 500 bilhões (dívida interna) e de 148 para mais de 250 bilhões de dólares (dívida externa)? É este o equilíbrio financeiro que os homens de Davos propõem aos países de Terceiro Mundo e aos países pobres como o Brasil? Será que a proposta de eles é abrir um pouco mais as nossas fronteiras e flexibilizar ainda mais os nossos mercados para que eles vendam cada vez mais para os países pobres e deles comprem cada vez menos, gerando o desequilíbrio da balança comercial brasileira, que saiu de 10 bilhões de dólares positivos para, ao longo dos últimos cinco

anos, acumular um saldo de 25 bilhões de dólares negativos, com mais importações do que exportações? É este o chamado tratado de livre comércio que eles querem fazer com os países pobres?

Não, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é preciso que se diga, alto e bom som, em todos os lugares do mundo: os países pobres querem a integração mundial, mas querem a integração mundial que priorize o combate à pobreza, que reveja as taxas de juros, que asfixiam as economias, os empregos e o desenvolvimento dos países pobres; querem a integração e a globalização, mas querem discutir um tema milenar na sociedade: a distribuição de renda.

O Sr. George Soros, representando os debatedores de Davos, fez uma observação a nós que estávamos no Fórum Social Mundial: “Todos nós queremos combater a pobreza”, dizia ele de forma cândida. “Mas para combater a pobreza é preciso ampliar a criação e a produção de riquezas”, dizia ele com sua velha e milenar receita.

Ora, sabemos que é preciso produzir mais riquezas. Aliás, a humanidade vem produzindo riqueza cada vez mais e mais ao longo das últimas décadas. Mas queremos discutir com os senhores de Davos como se distribuiria riqueza, porque a riqueza que está sendo produzida neste planeta está cada vez mais nas mãos dos muitos ricos e cada vez menos nas mãos dos mais pobres e oprimidos.

Sr. Presidente, concluo dizendo ao Sr. George Soros e a todos os representantes desse capitalismo globalizado e desumano que em 1960 os 20% dos países mais ricos detinham 30 vezes mais riqueza do que os 20% mais pobres. E sabe o que esta globalização financeira conseguiu produzir? Quarenta anos depois, esses 20% mais ricos passaram a ser 84 vezes mais ricos que os 20% mais pobres.

É hora de mudar a política econômica mundial. É hora de mudar a política econômica deste País e priorizar a distribuição de renda e o desenvolvimento social dos países pobres e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Euler Moraes.

O SR. EULER MORAIS (Bloco/PMDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar quero registrar meu agradecimento aos companheiros de bancada do meu Estado, que me honraram nesta semana com a escolha do meu nome para coordenar nossa bancada na Câmara dos Deputados durante a próxima Legislatura, que se inicia no dia 15

de fevereiro. É uma honra e ao mesmo tempo uma missão. Trata-se de uma bancada de oito Deputados que, sem dúvida, continuará prestando seus melhores serviços não só ao Congresso Nacional, mas também ao Estado de Goiás.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para cumprimentar dois ilustres companheiros do PMDB que celebram aniversário. O primeiro, o Deputado Federal Barbosa Neto, de Goiás, que hoje comemora mais um ano de vida. S. Ex^a é Presidente da Comissão de Viação e Transportes e candidato a ocupar importante posto na Mesa da Câmara dos Deputados, pela sua experiência, capacidade e trabalho prestado a esta Casa.

Cumprimento também o Senador Pedro Simon, que ontem comemorou mais um ano de vida. Homem de passado irrepreensível, peemedebista histórico como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador, Ministro de Estado, tem demonstrado vitalidade invejável e capacidade de reciclagem, provando ser possível permanecer na vida pública por tantos anos com a maior riqueza que um político pode desejar: credibilidade.

Por tudo isso, Pedro Simon é hoje endossado, não somente pelas Lideranças do PMDB, mas por vários segmentos desta Nação, como homem talhado para assumir de fato – o que já tem feito – a candidatura à Presidência da República em 2002.

Cumprimento também, Sr. Presidente, o Deputado Michel Temer, que, juntamente com V. Ex^a e demais membros das Mesas, soube, nesses quatro anos, conduzir os trabalhos da Câmara dos Deputados com altivez, grandeza e espírito democrático, fazendo com que cumprisse seu papel e se fizesse respeitada por toda a sociedade brasileira.

Estendo ainda meus cumprimentos aos Senadores do PMDB, que esta semana, mais uma vez, em demonstração de unidade, escolheram quase unanimemente o Senador Jader Barbalho, Presidente do partido e seu Líder no Senado Federal, que tem dado significativa contribuição ao seu fortalecimento, para concorrer à Presidência do Senado da República, a fim de, com a efetiva participação de todos os seus membros, fortalecer ainda mais o trabalho do Congresso Nacional. Tenho certeza de que, com a sabedoria e o apoio que tem recebido, no dia 14 S. Ex^a haverá de sair consagrado do pleito, marcando sua gestão com um trabalho exemplar, democrático e, acima de tudo, participativo.

Desde já, apresento meus desejos de que as eleições para as Presidências das duas Casas trans-

corram dentro do clima do mais alto respeito e liberdade democrática, para que comecemos o novo período legislativo ainda muito mais motivados e comprometidos não só com os interesses do Parlamento, mas, acima de tudo, do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Cambraia

O SR. ANTONIO CAMBRAIA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, venho hoje à tribuna abordar assunto do maior interesse para o Governo e para todos nós, Parlamentares. Falo da situação de abandono em que se encontram dezenas de prédios que fazem parte da História e foram referência para o desenvolvimento de centenas de cidades em todo o nosso País. Refiro-me aos prédios das antigas estações ferroviárias. Quem não se lembra de um fato que envolva a viagem de trem pelo interior do Brasil? Os trens em seu período de apogeu marcaram definitivamente as nossas vidas.

Muitas cidades do interior surgiram e cresceram em torno, ou a partir, da estação ferroviária e não da capela, como é o mais comum. A chegada do trem ao interior do Brasil representa um marco histórico na vida do nosso País.

Tenho ótimas recordações de quando, morando, primeiro, na cidade de Senador Pompeu e, depois, em Crateús, interior do Ceará, na década de 60, ia para a estação ferroviária pegar o trem e viajar para a capital, onde visitaria meus familiares ou de férias, a passeio. Tempo bom que não volta mais. Agora, o transporte ferroviário não é mais estatal. É de responsabilidade da iniciativa privada. Não mais se utiliza o trem como transporte de passageiros.

Com a entrega do sistema ferroviário à iniciativa privada, foi decidido liquidar a Rede Ferroviária Federal S.A. Isso significa que todos os bens da RFFSA devem ser vendidos, pois da antiga empresa nada restará em pouco tempo e, até o momento, não houve debate sério sobre um problema surgido com esta medida.

Centenas de municípios brasileiros estão ameaçados de perder uma parte importante de sua história. Seus filhos ficarão impedidos de conhecer amanhã o que ocorreu ontem. Fatos que merecem registro definitivo. E qual a razão disso? Fácil de explicar. Com o processo de liquidação da RFFSA, todos os prédios que pertencem à empresa e por anos a fio abrigaram as velhas e saudosas estações ferroviárias serão vendidos para quem ofertar a melhor proposta.

Não há no processo de venda nenhuma norma impedindo a demolição do prédio ou estabelecendo regras quanto a sua preservação e utilização. Nada disso. Quem com prar leva e faz o que bem quiser com a história dessas cidades.

Durante recente visita ao Município de Nova Russas, na região centro-oeste do Ceará, fui abordado pelo pároco daquela importante cidade, Pe. Maurício. Com toda sua experiência de pastor e de quem vive há muito no interior, veio questionar-me sobre o abandono das estações ferroviárias. Sugeriu-me que conversasse com nossas autoridades para que esses prédios fossem doados às prefeituras com o compromisso destas de manter sua arquitetura, preservando a memória desses municípios.

Especificamente em duas importantes cidades da região centro-oeste do Ceará, Crateús e Nova Russas, os dois Prefeitos dispõem de projetos para transformar as sedes das antigas estações ferroviárias em projetos culturais, como museus e bibliotecas. Ocorre que essas idéias não saem do lugar, por que, com a liquidação, a prioridade é pela venda dos prédios. E aí acontece o impasse. Os preços cobrados pelos imóveis são normalmente irreais ou inacessíveis para a maioria das Prefeituras, quase todas com problemas de caixa e enfrentando a dura realidade de se adaptarem à nova Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esclarecido esse problema, gostaria de solicitar às autoridades, especialmente aos Ministros dos Transportes e da Cultura, e ao liquidante da RFFSA que estudassem um meio de entregar esses prédios às prefeituras. Se, efetivamente, for impossível, o que, pessoalmente, não creio, a adoção de tais prédios aos municípios, que se estude uma outra forma como comodato ou uma venda simbólica. Enfim, que se mantenham as antigas estações ferroviárias sob o controle do Poder Público, primordialmente das prefeituras.

Por fim, Sr. Presidente, reafirmo a importância desse tema. Está se discutindo a história de várias gerações. Com o desaparecimento dessas estações ferroviárias, tenho consciência de que meu Estado, o Ceará, ficará ainda mais pobre, principalmente de história e cultura. Se sua pobreza vem sendo enfrentada com destemor por nossos governantes, e para vencê-la têm contado com a colaboração decisiva da população, resgatar as antigas estações ferroviárias será uma valiosa contribuição ao desenvolvimento cultural do nosso povo. Com este pronunciamento, espero sensibilizar o Governo Federal, ao tempo em que estou elaborando um projeto de lei que venha

possibilitar a materialização dessa minha idéia e reivindicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, tenho percebido que durante esta semana haverá uma discussão muito acalorada sobre a eleição da Mesa Diretora e da Presidência das duas Casas.

Já tomei uma decisão: receberá meu voto quem trouxer para a Câmara dos Deputados uma agenda social propositiva e compromissada com as principais prioridades de que padece hoje o povo brasileiro.

Não quero na Presidência desta Casa alguém que continue aceitando as famigeradas medidas provisórias, que não olhe nem sinta os problemas prioritários da nossa agenda.

Um dos problemas que considero prioritário é a escassez de moradia popular. Para solucioná-lo, aqueles que quiserem assumir a Mesa Diretora e a Presidência desta Casa têm a obrigação de olhar com os olhos dos que querem construir um futuro para nossa gente.

Há pouco tempo, a revista **Veja** divulgou reportagem mostrando a pobreza e a miséria que grassam cada vez mais nas regiões metropolitanas e periferias das nossas cidades.

Atualmente o déficit quantitativo de moradia popular nas regiões brasileiras é o seguinte: no Norte, mais de 300 mil; no Nordeste, mais de 2,5 milhões; no Centro-Oeste, mais de 300 mil; no Sudeste, mais de 1,5 milhão; e no Sul, mais de 500 mil, totalizando mais de 5 milhões. Há, também, um déficit qualitativo, ou seja, daquelas pessoas que vivem em lugares onde ocorrem alagamentos, em cortiços e em zonas de risco, que corresponde a cerca de 40% da população brasileira, totalizando mais de 10 milhões de moradias populares.

Não devemos negar que existem alguns espasmos no Poder Executivo no sentido de tentar diminuir esse déficit. Exemplos disso são os Programas Pró-Moradia e Habitar Brasil, destinados à população com renda inferior a três salários mínimos. Esses programas já conseguiram oferecer cerca de 300 mil moradias. Algumas pessoas cuja renda é de até doze salários mínimos, através da carta de crédito e do arrendamento mercantil, também conseguiram habitação popular.

O Programa Pró-Moradia, até 1998, investiu cerca de 1,1 bilhão de reais, mas conseguiu atender

somente a 330 mil famílias. Portanto, o déficit quantitativo atual corresponde a aproximadamente 5 milhões de moradias. Serão necessários aproximadamente 40 bilhões de reais para essa cobertura, valor que significaria a aplicação do superávit primário do nosso Orçamento de dois anos.

É importante que os Parlamentares saibam o que ocorre nas principais regiões metropolitanas do País. Em Campinas, minha cidade, apenas nos primeiros quinze dias deste milênio, surgiram duas novas invasões, que se somaram a uma centena já existente, com mais de 200 mil habitantes e equivalente a uma cidade de médio porte, incrustada numa das cidades de maior renda **per capita** e com o maior PIB do Estado de São Paulo.

É importante, pois, fazer essa cobrança à Mesa Diretora e à Presidência desta Casa, para que o Executivo implemente um plano nacional de moradia popular, através de um fundo nacional de moradia popular, que tenha, de fato, como objetivo o combate a uma das nossas maiores mazelas sociais: o déficit de moradia em nosso País.

Com estas palavras, Sr. Presidente, estabeleço aqui, como mérito fundamental àquele que se já ser Presidente desta Casa, o compromisso prioritário com a moradia do povo pobre do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, desejava ver na pauta desta convocação extraordinária tema que considero fundamental: a educação.

Durante a campanha eleitoral dois grandes temas são discutidos por todos: saúde e educação.

Nos palanques e nos programas eleitorais as pessoas sempre falam em educação e saúde. Mas quando chegam aqui, infelizmente, essas questões não são tratadas como prioridade.

Agora, o Presidente da República veta pontos extremamente importantes do Plano Nacional de Educação. Entregamos aos Presidentes Michel Temer e Antonio Carlos Magalhães solicitação, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, para que debatamos esse tema. Sei que não é possível a votação do veto durante a convocação extraordinária, mas que, pelo menos, as comissões fossem criadas para o início dos debates sobre educação, que precisa ser tratada como prioridade.

Hoje, a **Folha de S. Paulo**, em seu editorial, expõe a grave situação da pré-escola em São Paulo. O **Jornal do Brasil**, ainda esta semana, abordou um grave problema em relação à merenda escolar. Na próxima semana, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto irá reunir-se com a Associação Nacional dos Prefeitos para discutir a situação da merenda escolar para o mês de fevereiro. Dos mais de 5.500 municípios, apenas 3 mil conseguiram apresentar sua prestação de contas para que possam receber as parcelas referentes à merenda escolar deste ano.

Quase 2 mil municípios, com a mudança de prefeitos, ainda não conseguiram apresentar suas prestações de contas, e os novos prefeitos poderão ser punidos. Muitas crianças, sem a merenda escolar, serão prejudicadas. Como disse, os novos prefeitos poderão ser punidos, mas, na verdade, o prejuízo maior será das crianças.

Não podemos aceitar isso, Sr. Presidente. Queremos acertar com o Ministro da Educação um prazo, queremos que a Justiça puna quem desviou os recursos. Mas as crianças não podem ser prejudicadas.

Queremos, também, Sr. Presidente, discutir a situação do Fundef. Não é mais possível o município receber recursos e não prestar contas. A qualidade do ensino precisa ser discutida. Não basta apenas colocar a criança na escola. Queremos, além de ter a criança na escola, garantir uma educação de qualidade.

Mais ainda: queremos discutir a ampliação das vagas no ensino superior. Não é mais possível a estagnação do número de vagas no ensino público, enquanto no ensino privado surgem vagas em excesso. Faculdades e mais faculdades estão sendo abertas. A OAB publicou uma avaliação em que afirma que muitas faculdades abertas não têm o reconhecimento da instituição. Não podemos mais continuar assistindo a essas faculdades jogando no mercado de trabalho profissionais com diploma, mas sem condições de exercer de fato e em plenitude sua profissão.

Entendemos que o País não pode mais continuar assistindo a cortes nessa área. Só vamos conseguir disputar com os países do Primeiro Mundo e, de fato, crescer, se tivermos recursos para o desenvolvimento em ciência e tecnologia e nas pesquisas universitárias.

Por isso, Sr. Presidente, apelo à Casa para que tire a educação do discurso, faça um debate fundamental e priorize as ações nessa área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Avenzoar Arruda.

O SR. AVENZOAR ARRUDA (PT – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, ocorre, neste momento, um debate sobre o desenvolvimento regional, especialmente sobre o papel da Sudene.

O Governo, por meio do Ministro da Integração Nacional, apresenta um discurso cheio de dubiedades e diz que não propõe exatamente a extinção da Sudene, mas sua reestruturação e transformação em agência, para realizar uma nova política de desenvolvimento regional. O que está por trás desse discurso dúbio está claro: é a vontade cada vez mais presente de extinguir órgãos e instrumentos de desenvolvimento regional, o que já ocorreu com outras instituições, como pudemos atestar.

Os órgãos que não foram extintos, foram completamente esvaziados, como é o caso do Dnocs, que se encontra hoje absolutamente sem papel a cumprir no desenvolvimento regional.

Ora, o Governo levanta o debate e divulga o discurso de que é exatamente a corrupção que está extinguindo a Sudene e, evidentemente, por tabela, também a Sudam. Eu me pergunto: se o Governo – nessa vontade de baixar medidas provisórias – determinasse a extinção, a partir de hoje, de cada órgão que tenha corrupção no seu interior, o que iria sobrar das instituições públicas brasileiras, o que iria acontecer com a Presidência da República?

Se o Executivo levar às últimas consequências o discurso da extinção de órgãos em que haja corrupção, vamos ter um problema muito grave na administração pública do Governo Federal.

Ora, o Governo divulga isso para criar a idéia, na opinião pública, de que está tomando providências contra a corrupção e, por isso, precisa extinguir certos órgãos. Evidentemente, não podemos concordar com ele. Queremos fazer um debate sério sobre desenvolvimento regional, mas não é possível aceitar o esvaziamento que o Governo tem feito.

Aliás, é preciso que se diga que as rinunciadas fiscais, assim como todas as formas de incentivos, estão mais concentradas no Sudeste do que nas regiões Norte e Nordeste do País. Os números são claros quanto a isso. Portanto, não cabe o discurso de que é uma grande despesa para o Governo a manutenção daqueles órgãos. Claro que precisamos discutir a distribuição e a correta aplicação desses recursos.

Não podemos, evidentemente, aceitar uma proposta de desenvolvimento regional centrada no turismo e na fruticultura irrigada numa região sem água.

Para algumas microrregiões do Nordeste essa proposta funciona, mas não para todo o semi-árido.

Aliás, uma política correta de desenvolvimento do semi-árido tem que levar em consideração sua indisponibilidade de recursos hídricos. Precisamos, então, investir em tecnologia habilitada para esse tipo de desenvolvimento.

Ora, tem que ser muito ingênuo para acreditar que um Governo que tem como política a redução dos gastos públicos para gerar superávit, reservas e pagar efetivamente aos credores, não tenha vontade de extinguir os órgãos de desenvolvimento regional. É clara essa vontade do Governo. Como vamos barrar isso? Primeiro, temos de dizer que não acreditamos em nenhuma política de desenvolvimento regional sem órgãos públicos para essa finalidade.

Portanto, a Sudene, o Banco do Nordeste, o Dnocs, bem como outros órgãos de desenvolvimento regional, são importantes. Mas temos que democratizá-los, não podemos permitir que as oligarquias locais apropriem-se desses órgãos. Não podemos aceitar a idéia de que o mercado vai resolver a questão. Até hoje todo o desenvolvimento ocorre por iniciativa pública, e assim vai continuar sendo. Mas é preciso um governo com disposição de fazer efetivamente uma política de desenvolvimento regional, que não deixe o povo dessas regiões à mercê do mercado, para não ocorrer o que está acontecendo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO (PPS – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o espetáculo a que assistimos ontem não deve perdurar. Não podemos ser coniventes e submeter a Casa a conveniências pessoais. Esta é a Casa do dissenso, do consenso e do contraditório, mas, acima de tudo, de critérios e regras que devem ser obedecidas pelos Parlamentares. Não podemos dar exemplo de mudança de critério pela conveniência de plantão ou da conjuntura. Não podemos analisar e votar medidas provisórias embalados pela emoção, pelo desequilíbrio, pela falta de compromisso de alguns, sem o julgamento do mérito. Não podemos deixar isso continuar. Se o clima de insensatez reina em dois grandes partidos, o PT e o PFL, está na hora de suspendermos as votações das medidas provisórias e nos direcionarmos apenas à campanha para a Presidência da Câmara. E é bom não confundirmos essa campanha com a campanha para a Presidência de um clube de futebol!

Precisamos ser responsáveis, ter equilíbrio, julgar as medidas provisórias – fruto da convocação – e analisar o interesse da Nação e não o dos partidos ou dos Parlamentares que não aceitam as regras do jogo.

Há pouco tempo, em 1994, a regra do jogo foi a mesma e beneficiou o partido que hoje não aceita a interpretação da Mesa quanto à proporcionalidade dos cargos para a Presidência. Não podemos aceitar que a candidatura desse partido seja avulsa. Se assim for, se persistir nessa posição, ferindo a interpretação da Mesa, o partido tem que ser penalizado, como foi em 1994 o Deputado Paulo Paim, quando perdeu o cargo da Mesa, porque a candidatura do PT não era avulsa, mas partidária.

Portanto, não podemos ter dois pesos e duas medidas. Não podemos também nos subjugar. Esta é a Casa do povo, e nenhum de nós vota no Senado Federal. A eleição que ocorre lá é problema dos Senadores, que terão de prestar contas à Nação. Mas quem presta contas à Nação sobre o que ocorre nesta Casa somos nós.

O PPS não concorda com essa oposição fisiológica. Quem quiser fazer oposição que entregue seu cargo. Quer fazer oposição para valer, saia do partido e vá para o PT. Não podemos aceitar esse discurso, porque desmoraliza nossa imagem de Parlamentar e mostra que a Casa não tem coerência, é oportunista.

Está publicado nos jornais de hoje que o PFL está cobrando fidelidade daqueles Deputados que não acompanharam o motim e quer expulsá-los do partido. Perguntemo: que moral tem o PFL para cobrar fidelidade, se o partido serviu ao Presidente Fernando Henrique por mais de seis anos e, por uma questão pessoal, está denegando a imagem da Câmara dos Deputados?

Sr. Presidente, não vim aqui para eleger presidente de clube de futebol, e, sim, para eleger o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente da Casa do povo. Para que esse processo ocorra de maneira transparente, legal, é preciso que haja regras, princípios, coerência; caso contrário, vamos patrocinar um verdadeiro **strip-tease**, expor as nossas vísceras, deixar de cumprir o que foi prometido. A composição aqui não é partidária, é justamente com o conjunto de forças que tem mais afinidade, que possa representar um caminho diferente para o País. Não estamos julgando nem A nem B. Queremos afinidades como aquela que o Governador Mário Covas encontrou em São Paulo, apoiando Marta Suplicy; queremos gestos como esse, sintonia como essa, e não

um espetáculo circense como aquele a que assistimos ontem aqui.

Gostaria que essa insensatez não se propagasse hoje nem amanhã, o que só depõe contra nós e contra a Casa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já são 10h51min, e estamos com um **quorum** de 235 Srs. Deputados. Temos de iniciar esta votação hoje com a presença dos Srs. Senadores, uma vez que ontem não houve **quorum**.

Gostaria de saber se vamos arrastar esta sessão, no aguardo da presença dos Srs. Deputados e Senadores. Qual é a posição de V. Ex^a? A sessão foi convocada para as 9h30min, aguardamos meia hora para o início da sessão do Congresso. Este tempo já foi ultrapassado em mais de meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A cada dia que passa, nobre Deputado Walter Pinheiro, a minha admiração por V. Ex^a aumenta.

O SR. WALTER PINHEIRO – A nossa admiração por V. Ex^a continua crescendo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Imagine o que esta Casa ganhará nos próximos dias quando V. Ex^a assumir a Liderança de seu partido.

Nobre Deputado, o que me tem impedido de iniciar as votações é exatamente a insistência de companheiros seus em fazer uso da palavra. Não quero, em um momento como este, cercear o direito de expressão de seus colegas.

O SR. WALTER PINHEIRO – Está certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Babá.

O SR. BABÁ (PT – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, companheiros trabalhadores, venho aqui justamente abordar tema que há pouco foi comentado pelo orador que me antecedeu, Deputado Clementino Coelho, do PPS. Quero dizer ainda do meu posicionamento pessoal. Não vou defender nem o Deputado Inocêncio Oliveira, nem o Deputado Aécio Neves, nem outras candidaturas. Defendo o lançamento de candidatura própria pelo Partido dos Trabalhadores. Não podemos ficar reféns desse jogo, não podemos aceitar

esse jogo. E conclamo o Deputado do PPS e seu partido a se somarem a nós.

Como não podemos apoiar o Deputado Inocêncio Oliveira, também conclamamos os companheiros do PPS a não apoiarem o Deputado Aécio Neves. Desde que estou nesta Casa, há dois anos, que esses dois Parlamentares representam este Governo. Os dois sempre votaram contra os trabalhadores. Portanto, para sermos coerentes com o Partido dos Trabalhadores, é necessário lançarmos uma candidatura, que não seja apenas a candidatura do PT, mas a dos partidos de oposição. É fundamental, neste momento, cerrarmos fileiras nessa discussão. Não nos bastam programas que podem ser descumpridos no dia seguinte.

Na verdade, os compromissos e a prática do nosso partido sempre foram de ataque ao Governo Fernando Henrique Cardoso e ao seu plano neoliberal, a este mesmo Governo que está congelando o salário dos funcionários públicos por quase sete anos. A base governista, representada por esses partidos, deu sustentação a essa política, a essa mesma política de privatizações que também foi votada neste Congresso Nacional. Todas as votações que transcorreram aqui contra os trabalhadores tiveram apoio da base governista.

Por isso, para nós do Partido dos Trabalhadores é fundamental colocarmos nossa própria candidatura para disputar esse processo, mesmo sob ameaças de não podermos participar da Mesa. Aliás, é uma vergonha ameaçarmos os partidos de oposição, com o objetivo de que esses não lancem suas candidaturas. Fizemos isso na eleição de Luis Eduardo Magalhães. Tiraram o PT da Mesa porque o companheiro José Genoíno disputou a Presidência.

Isso mostra claramente a nós, do Partido dos Trabalhadores, que temos de manter nossa coerência. Essa discussão não pode transcorrer como está. Queremos deixar claro que o compromisso do PT, efetivamente, desde a sua fundação, sempre foi ligado à luta dos trabalhadores.

Portanto, aviso aos companheiros do PPS que estão decididos a apoiar o Deputado Aécio Neves que a sua candidatura é a do Planalto; devem pular desse barco, pois ele está furado. Nós e os companheiros do PPS, do PSB e do PCdoB temos de cerrar fileiras em favor de uma candidatura única das oposições, para não cairmos neste velho jogo: Inocêncio Oliveira de um lado, Aécio Neves de outro, com brigas momentâneas, igual a uma peça de teatro; quando

acabou a peça, os atos saem para um bar a fim de tomar uísque e discutir sobre a atuação que tiveram.

A mesma coisa acontecerá. Acabado esse processo eleitoral, o PFL e o PSDB novamente se aglutinarão para tomar os seus uísques nas noites brasileiras, provavelmente no Lago Sul, para discutir o saco de maldades contra os trabalhadores.

Por isso é que não podemos aceitar esse jogo, não nos podemos responsabilizar por quem vai ser Presidente desta Casa. Temos, sim, que ir para a disputa com candidatura própria, lançar um companheiro do Partido dos Trabalhadores, obviamente discutindo com outros partidos, como o PCdoB, o PSB, o PPS, e conchamar também o companheiro Clementino Coelho, que agora há pouco me antecedeu, para que não apóie o Deputado Aécio Neves. Essa discussão de que Aécio Neves é diferente de Inocêncio Oliveira é história da carochinha, isso não existe. Ideologicamente os dois são iguais. S. Ex^{as} sempre votaram contra os trabalhadores. Ou não foi? Foi diferente?

Nareunião da bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentaremos a proposta de candidatura única.

O SR. GERSON PERES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, não vou falar sobre esse imbróglio da sucessão presidencial na Câmara dos Deputados, porque nesta Casa costuma-se resolver os problemas no último dia. Quando as coisas estão muito complicadas no Congresso Nacional, no último dia é que conseguimos ajeitá-las. Por enquanto, estamos exercitando a democracia, o debate e fazendo uma campanha grandiosa com vários cartazes, que muito lembra o mercado de Istambul, por onde andamos batendo a cabeça em propagandas comerciais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o assunto que me traz à tribuna é relativo à Sudam. Está à frente do Ministério da Integração Nacional um homem respeitado, meu amigo, o Ministro Fernando Bezerra. Nós, da Amazônia, estamos preocupados, e, na condição de Parlamentar, gostaria de colaborar com S. Ex^a no sentido de que reflita sobre o que vou dizer, em poucas palavras.

O Ministro anunciou que haverá mudança na Sudam, para posteriormente transformá-la em agência de fomento – o que significará sua extinção. Ainda não li o conteúdo da matéria sobre essa transforma-

ção e, portanto, não posso emitir opinião de mérito. Também não conheço a estratégia dessa futura agência de fomento para a minha região. Por isso, também não posso apreciar o mérito. Porém, devo solicitar ao ilustre Ministro, que tem prestado bons serviços ao País, que somente dê prosseguimento ao processo de extinção da Sudam depois de apuradas as denúncias. No Brasil acredita-se que, quando uma instituição vai mal por causa de seus administradores, ela está podre. A Sudam não está podre. Ao contrário, podres são aqueles que procuraram desviar os objetivos da Sudam, por meio de captação de recursos, que não foram aplicados nos projetos previstos.

A instituição é sadia, foi criada por Leopoldo Peres para desenvolver a região, por intermédio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, quando 3% da renda deveriam ser destinados ao desenvolvimento, reduzindo ao máximo as desigualdades das Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, como estabelece a Constituição. A Sudam ainda tem esse objetivo.

Quanto às irregularidades que são visíveis agora – o próprio Ministro nos está informando sobre isso –, elas não podem ser motivo para se antecipar a extinção da Sudam. Ela só poderá ser transformada quando a sociedade amazônica apurar quem dilapidou os recursos ou violentou as transações da Sudam, para que realmente haja punição e a solução final desse processo. De outra forma, todas as vezes que houver corrupção nos órgãos públicos, vamos querer extingui-los.

O ex-Presidente Fernando Collor de Mello me convidou para participar de um debate sobre a extinção de cargos, na Academia de Tênis de Brasília. Ouvi todos os argumentos no sentido de extinguir o Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS. E, como não me conformei com a extinção daquele órgão, disse a S. Ex^a que o Dnos tinha projetos, um acervo volumoso e precioso para o saneamento básico no País e que há setenta anos trabalhava nesse campo. Por isso, não poderia ser sumariamente extinto. De outra forma, iríamos presenciar logo adiante o recrudescimento das endemias. Foi o que ocorreu. O Dnos foi extinto e, na década subsequente, reapareceram doenças como malária, dengue, difteria, hanseníase, tuberculose e tantas outras mazelas no País. E aí está o quadro.

Quem já governou aquele estado sabe que esse órgão, por mais que não pudesse solucionar todo o problema, era um ponto de apoio e de referência técnica, que ajudava a reduzir a proliferação dessas en-

demias e epidemias. As prefeituras, em sua grande maioria, não têm infra-estrutura para isso. Elas não conseguem fazer campanhas para a eliminação da dengue, porque não dispõem de recursos.

Lembro ao Ministro da Integração Nacional, Sr. Fernando Bezerra, que a Sudam pode até ser transformada, assim como a Sudene, mas não sob a alegação de que dilapidaram o dinheiro público e por isso temos de extinguir o órgão, uma vez que está podre. Não aceito isso. Queremos punir, primeiro, os que dilapidaram, que destituíram o prestígio das entidades. Feito isso, vamos analisar os processos de transformação e extinção. É esse o pensamento da sociedade do meu estado, da minha região, e acredito que seja também o da maioria dos Congressistas.

Lamentavelmente, são instituições criadas por lei ordinária, e uma simples medida provisória pode extingui-las, o que não ocorreria se fossem criadas por meio de lei complementar.

Portanto, a título de colaboração, faço apelo ao Presidente Fernando Henrique no sentido de que analise meu pronunciamento e não proceda à extinção dessas instituições antes de prestar esclarecimentos à sociedade brasileira sobre as denúncias, o que significaria dar mais um passo de retrocesso no que se refere ao desenvolvimento das nossas regiões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Gerson Peres, o Sr. Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. EDINHO BEZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero relatar, nesta tribuna, o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP/MEC, que está revolucionando a formação profissionalizante no Brasil.

Agora, a oferta de cursos atende à necessidade do mercado de trabalho local. O Proep está presente em escolas que formam desde profissionais especializados na produção de instrumentos musicais com madeira nativa, extraída de forma sustentada na Amazônia, até naquelas que formam técnicos em eletrificação solar no Recife.

O Proep tem por finalidade melhorar o ensino profissionalizante e financiar as escolas de acordo com a demanda da mão-de-obra local.

Diversificação.

O resultado desse cuidado pode ser visto na grandediversificação da oferta de ensino técnico sintonizada com o mercado, além do aumento nas matrículas em curso técnico e tecnológico em 41%.

Para subsidiar novos investimentos do programa, dimensionando e caracterizando a demanda de mão-de-obra no País, o Proep contratou um estudo da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, de São Paulo. Iniciada há um ano e meio, a Pesquisa de Atividade Econômica e Regional – PAER, está investigando que tipo de profissionala indústria e os serviços precisam em cada estado.

À medida que os números são fechados num Estado, eles são repassados às escolas de ensino profissional, para que adaptem os currículos à oferta de novos cursos.

Programa.

O Proep é o instrumento da Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC/MEC para implementar a reforma no ensino profissionalizante. Promovida pela Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, regulamentada pelo Decreto nº 2.208, de 1997, a reforma separou o antigo 2º Grau da Educação Profissional.

Desde então, o ensino médio passou a fazer parte da Educação Básica, e a Educação Profissional passou a ser um ensino pós-secundário com três níveis de formação: básico, técnico e tecnológico. Com isso, para ingressar no mercado de trabalho com uma formação profissional de nível técnico é preciso, além de concluir o ensino médio, cursar o ensino profissional.

O objetivo é corrigir um sistema que formava profissionais fora da realidade do mercado.

A reforma busca também aumentar o número de vagas e a oferta de cursos a partir do engajamento da sociedade e do estado.

Recursos.

Criado em 1997 para ser desenvolvido até 2003, o Proep dispõe de 500 milhões de dólares, dos quais 250 milhões resultam de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com igual contrapartida brasileira dos orçamentos do Ministério da Educação e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, este ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Esses recursos estão sendo aplicados ao longo de seis anos para do tar os Centros de Educação Profis-

sional de infra-estrutura, equipamentos e pessoal capacitado e adequar e atualizar currículos.

Resultados.

Em apenas dois anos, o programa já financiou 173 escolas: 46 instituições federais, 55 instituições estaduais e 72 do segmento comunitário, com investimentos de 331,3 milhões de reais.

Sr. Presidente, essa iniciativa por parte do Ministério da Educação, a qual acabo de relatar, é um exemplo para nosso País. O interesse dado pelo profissionalismo, principalmente o relacionado à mão-de-obra local, é um grande avanço na educação.

Quero aproveitar a oportunidade e parabenizar o Ministro Paulo Renato Souza. Estendo os parabéns a todos os idealizadores do programa e equipe, pois esse é um projeto que traz crescimento e desenvolvimento para nosso País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Partido da Frente Liberal encontra-se em obstrução na presente Sessão do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 1 de fevereiro de 2001. – Deputado **Pauderney Avelino**, Vice-Líder no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Item I

Medida Provisória nº 2.114-75, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996 (Mensagem nº 58/2001 – CN – nº 93/2001, na origem).

Continuação da votação, em turno único, da Medida Provisória nº 2.114-75.

A votação da matéria foi iniciada na sessão conjunta realizada ontem, às 15 horas, ficando adiada por falta de **quorum** no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação a medida provisória, nos termos do parecer, no Senado Federal, ressalvadas as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

É a seguinte a medida aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.114-75 DE 26 DE JANEIRO DE 2001

Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O Tesouro Nacional repassará mensalmente recursos ao FAT, de acordo com programação financeira para atender aos gastos efetivos da quele Fundo com seguro-desemprego, abono salarial e programas de desenvolvimento econômico do BNDES.” (NR)

“Art. 9º

.....

§ 7º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES poderá utilizar recursos dos depósitos especiais referidos no **caput** deste artigo, para conceder financiamentos aos Estados e às entidades por eles direta ou indiretamente controladas, no âmbito de programas instituídos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, tendo em vista as competências que lhe confere o art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e destinados à expansão do nível de emprego no País, podendo a União, mediante a apresentação de contragarantias adequadas, prestar garantias parciais a operações da espécie, desde que justificado em exposição de motivos conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 4º-A. A administração e a aplicação dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, consti-

tuído pelos valores do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, inclusive suas disponibilidades, em poder do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal serão realizadas de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.” (NR)

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.114-74, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de janeiro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Há **quorum** de 76 Senadores e 427 Deputados.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, o Regimento Comum, no art. 29, § 2º, prevê:

Art. 29.

§ 2º No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos, **ex officio** ou por provocação de qualquer Congressista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Evidentemente, a matéria foi votada no Senado Federal. V. Exª, infelizmente, ainda não é Senador, e o será, com certeza; nessa ocasião V. Exª poderá pedir verificação, que, no caso, já está vencida.

Vamos dar continuidade ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vamos continuar a votação da Emenda nº 11, a Medida Provisória nº 2114-75, de 2001, destacada na Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Gerson Peres, para proferir parecer sobre a emenda.

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, relatei essa matéria ontem à noite, tanto no que se refe-

re ao mérito quanto à justificação. No que diz respeito ao mérito, ela pode ser aprovada não apenas por preencher os requisitos de relevância e urgência, que não tinham sido contestados por nenhum Parlamentar, mas também por entendermos ser válido o seu conteúdo.

Portanto, quanto ao mérito, nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Perdoe-me, Deputado Gerson Peres, mas V. Exª deve relatar a emenda.

O SR. GERSON PERES – Desculpe-me, Sr. Presidente. Ontem aprovei, no mérito, a medida provisória na sua íntegra. Proponho a votação integral da medida provisória, sem a aprovação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer será contrário às emendas.

O SR. GERSON PERES – Ressalvados os destaques. A Assessoria ainda não me entregou as emendas, mas voto pela rejeição de todas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer do Relator é contrário às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação a Emenda nº 11, à Medida Provisória nº 2114-75, de 2001, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço verificação de votação. O PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vamos preparar o painel.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB está em obstrução.

O SR. SÉRGIO NOVAIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO NOVAIS (Bloco/PSB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, no último dia 20 de janeiro completaram-se 30 anos do desaparecimento do

ex-Deputado Rubens Paiva. Até hoje o destino do seu corpo é um mistério.

Rubens Beyrodt Paiva era um industrial bem sucedido, advogado, Deputado por São Paulo, cassado pelo Ato Institucional nº 1, de 1964. Foi seqüestrado em sua própria residência por agentes dos órgãos de repressão quando o Rio de Janeiro comemorava, ironicamente, o Dia de São Sebastião, padroeiro da cidade.

Pelo muito pouco que se conseguiu até hoje apurar, Rubens Paiva começou a ser torturado no dia 21 de janeiro de 1971, durante o interrogatório a que foi submetido na 3ª Zona Aérea, situada no Aeroporto Santos Dumont, à época comandada pelo famoso Brigadeiro João Paulo Burnier, e morreu no DOI-CODI daquele Estado em consequência dessas torturas.

Estou encaminhando à Mesa da Câmara dos Deputados requerimento de informações sobre o caso Rubens Paiva, emblemático para nós Deputados Federais, que buscamos saber, por intermédio dos órgãos de informação – Agência Brasileira de Inteligência e Ministério da Justiça –, o real destino de Rubens Paiva, principalmente quando agora o Chile vive um momento histórico: os crimes hediondos cometidos durante o golpe militar comandado pelo General Augusto Pinochet começam a ser desvendados.

Sr. Presidente, é muito importante resgatar as informações em torno do caso Rubens Paiva, para que fiquem registradas nos Anais do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor do posto.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB está em obstrução.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PSDB vota “não” às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O PSDB vota pela rejeição das emendas?

A SRA. ZULAIÊ COBRA – Sim, Sr. Presidente, pela rejeição das emendas.

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB recomenda aos seus Deputados que votem “não”.

O SR. FERNANDO GONÇALVES (PTB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB vota “não” às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vota pela rejeição das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esta Presidência convoca todos os Srs. Deputados que se encontram em outras dependências da Casa a virem ao plenário votar. Trata-se de votação nominal, com efeito administrativo em todo o Congresso Nacional.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, recentemente o Presidente da República fez um anúncio precipitado, a meu ver, sobre a transposição de águas do rio São Francisco, obra faraônica que custará mais de 2 bilhões de dólares aos cofres do País. É também inusitada, anunciada sem o devido estudo sobre impacto ambiental. E devido a contingências políticas será executada a toque de caixa.

Por causa disso, Sr. Presidente, elaboramos um estudo sobre os impactos dessa obra nos serviços de energia elétrica na região nordestina. Esse trabalho foi publicado no **Jornal Cinform**, de Aracaju, e na revista virtual **água online**. Passo a lê-lo, para registro nos Anais do Congresso Nacional e conhecimento de todos:

A transposição das águas do rio São Francisco para outras bacias do semi-árido nordestino é uma velha idéia que remonta aos tempos do Império. Mas ela nunca chegou tão perto de ser concretizada como agora, apesar das incertezas e controvérsias que a cada dia surgem e que desaconselham a sua implementação.

D. Pedro II – aquele sentimental Imperador do Brasil que chegou a empenhar as jóias de sua própria coroa para acabar com a miséria causada pelas secas no Nordeste – também imaginou desviar as águas do Velho Chico, contratando engenheiros estrangeiros que lhe apresentaram um esboço do projeto.

Mas a sua implementação se tornou inviável porque a tecnologia da época não foi capaz de vencer um grande obstáculo: o relevo acidentado da Chapada do Araripe, que impedia o transporte da água até o Ceará. No entanto, para não deixar os cearenses totalmente frustrados com a expectativa criada pelo anúncio da obra, o Imperador procurou compensar a desistência do projeto megalomaníaco com a construção do açude do Cedro.

Estamos a iniciar um novo milênio, e eis que a velha idéia da transposição do rio São Francisco, desta feita fortalecida mais do que nunca pelo impulso do Ministro Fernando Bezerra, do Rio Grande do Norte, volta com força total, sob a garantia do apoio explícito da Presidência da República

“Lógico que esse projeto só não foi parar nas prateleiras do arquivo morto do governo federal, a exemplo de tantos outros, porque os governadores que administram Estados banhados pelo rio São Francisco, temendo represálias e perderem as verbas para as suas obras paroquiais, permaneceram todo o tempo omissos na luta que deveriam ter comandado para evitar a transposição antes da revitalização.”

O fato de o rio São Francisco ser do domínio da União não impediria que os Governadores lutassem e fossem ouvidos, com a ajuda de suas bancadas, visando garantir a realização de obras inadiáveis de revitalização do Velho Chico. Só após a garantia da prévia realização dessas obras, como empreendimento prioritário, é que os Estados deveriam encerrar a luta.

O resultado é que a resistência da qual participamos ao lado de parlamentares, igreja, professores, estudantes, pescadores, ambientalistas, sociedade civil, fragilizou-se porque não houve unidade de comando, e aquilo que deveria ter sido visto como uma luta em defesa do meio ambiente, da sobrevivência do homem, foi passado pelos poderosos do dia, com a complacência de quem realmente detém o poder de mando nos Estados, como uma pretensão meramente provinciana de quem, possuindo água em quantidade, nega de forma egoísta um reles copo do precioso líquido a quem mais precisa...

Se os governadores tivessem engrossado a fileira dos que trabalham pela revitalização do Velho Chico, temos certeza de que esta proposta teria sido a vencedora, e a transposição ficaria para mais adiante.

“Desta feita não vamos citar todos os inconvenientes do projeto apressado de transposição. Vamos apenas nos referir aos prejuízos que ele vai causar aos projetos de energia elétrica que beneficiam os Estados de Sergipe, Bahia e Alagoas.”

Sabemos que é durante o período das secas, quando os Estados beneficiados com a transposição vão mais precisar das águas do rio São Francisco, que a Chesf se encontra no limite de sua capacidade de fornecimento de energia. Com a demanda adicional requerida para a bombeamento das águas para a transposição, o efeito inevitável é que haverá no sistema Chesf um excesso de demanda de água e de energia, podendo acarretar medidas de contenção drásticas, como o racionamento permanente em toda a região Nordeste.

A não ser que o governo descubra novas fontes de suprimento de água, como, por exemplo, fazendo a transposição da bacia do rio Tocantins para a do rio São Francisco e ao mesmo tempo construa novas hidrelétricas...

Fica claro que sem energia o projeto da transposição não anda. Só que a energia atualmente existente (cerca de 10.000 MW) é insuficiente até mesmo para atender às necessidades atuais dos estados servidos pela Chesf.

O gigantismo do projeto é tal, como também a sua imprevisibilidade, que, mesmo depois da implantação de todo o sistema de bombeamento e adução, há o risco sério de não vir a funcionar por incapacidade de suprimento de energia...

Será que estamos enxergando mais uma obra inacabada, mais um elefante branco, ou estamos sendo pessimistas, ou apenas exercendo o nosso direito de espremeur?

“Já que não querem cuidar da saúde do Velho Chico, hoje debilitado pela generosa doação de suas águas a cada um de nós, já que não querem revitalizá-lo para que sirva melhor às futuras gerações, não

seria o momento de pelo menos deixá-lo viver em paz?”

Por que não ouvem o triste clamor “Salvem o Velho Chico!”, daquele humilde pescador que ao lançar os seus olhares nostálgicos sobre o passado do rio sente que a cada dia mingua o seu sustento?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a e espero que as autoridades deste País tomem o máximo cuidado antes de fazer o lançamento dessa obra, que interfere no desenvolvimento de vários Estados brasileiros.

Não estamos adotando uma posição meramente regional ou egoísta. Estamos, sim, tomando o cuidado de prevenir o Governo e sugerir que, antes de iniciar as obras de transposição, faça a revitalização do Velho Chico.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO CORUJA (PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um encaminhamento pelo PDT.

Trata-se de emenda de autoria do Deputado Miro Teixeira, que tem por finalidade restabelecer o **status quo** anterior da medida provisória, que determinava o repasse uniforme dos recursos ao FAT, o que representa um montante maior.

Na verdade, a aprovação da medida provisória como está representa um prejuízo para o trabalhador, porque o Fundo de Amparo ao Trabalhador vai receber menos recursos.

Defendemos a aprovação da emenda para que se restabeleça o **status quo ante**.

Portanto, na defesa do trabalhador brasileiro, o PDT encaminha o voto “sim” à emenda apresentada pelo nosso Líder, Deputado Miro Teixeira. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, solicito que o voto “sim” seja exposto no painel.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PSL – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PL/PSL declara-se em obstrução.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, indago de V. Ex^a quantotempo está disposto a esperar pelo estabelecimento do **quorum**, tendo em vista que o painel registra a presença de apenas 110 Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esperarei mais quinze minutos e, em seguida, encerrarei a sessão. Satisfaz V. Ex^a? *(Pausa.)*

Esperarei até as 11h45min.

A SRA. LUCI CHOINACKI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero fazer um comunicado à Casa.

Já por três dias uma comissão de Parlamentares vem solicitando audiência com o Ministro Eliseu Padilha para tratar da greve dos caminhoneiros e da repressão ocorrida em várias partes do País, inclusive em Santa Catarina. Eu e mais cinco Parlamentares fomos ao seu gabinete hoje de manhã e, depois de tomarmos um “chá de cadeira”, informaram-nos às 12h que S. Ex^a não estava recebendo. Queremos que S. Ex^a chame os caminhoneiros para discutir e cumpra o que foi acordado nas negociações ocorridas por ocasião da outra greve.

Registramos nesta Casa a nossa preocupação – dos Parlamentares envolvidos – e o nosso desejo de que essa situação se resolva imediatamente, porque Santa Catarina já tem problema de desabastecimento. Queremos, de fato, respeito e dignidade aos motoristas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, mudando a orientação, por novo entendimento da bancada, encaminha o voto para a obstrução. A nossa posição é de obstrução. Obstruiremos a sessão, a partir de agora. Peço inclusive que se registre essa mudança no painel eletrônico.

O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB também muda a orientação de bancada e pede a obstrução

dos Srs. Deputados. O PSDB solicita, ainda, a mudança no painel para obstrução.

O SR. ROMEL ANIZIO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mudando a orientação anteriormente determinada, o Partido Progressista Brasileiro também se encontra em obstrução.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o painel não aceita mudança do registro de voto para obstrução, temos que de clara r a obstrução ao microfone. Tinha votado “não”, mas não consigo mudar no painel – ninguém da bancada consegue – para obstrução.

Declaro-me em obstrução, é o meu posicionamento.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a V. Ex^a que fixasse um tempo, mas é evidente agora a obstrução majoritária dos partidos. O **quorum** é relativamente baixo. Não quero apressar a decisão de V. Ex^a.....

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Faltam cinco minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sei disso, mas que ria ape nas cha mar a aten ção de V. Ex^a Sei que falta pouco, mas é evidente que há uma predisposição majoritária na Casa para a obstrução. Sinceramente, não vejo mais sentido na espera. Por isso, solicito a V. Ex^a o encerramento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Atenderei V. Ex^a dentro de cinco minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO – Está certo.

O SR. RENILDO LEAL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RENILDO LEAL (PTB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei “não”, mas declaro-me em obstrução.

O SR. EDIR OLIVEIRA (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mudo meu voto para obstrução.

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB – RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a voz de homem prevalece sobre a de mulher, mas estou pedindo a palavra para declarar que, em nome da disciplina partidária, tendo declarado o voto “não”, quero registrar que estou em obstrução.

O SR. EDUARDO SEABRA (PTB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, retifico o meu voto para obstrução.

O SR. IVAN PAIXÃO (PPS – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado no painel que o PPS está em obstrução, por gentileza.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo eu votado “não”, acompanho a orientação da bancada e declaro-me em obstrução.

O SR. BISPO WANDERVAL (Bloco/PL – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também me declaro, conforme a orientação do meu partido, em obstrução.

O SR. OLIVEIRA FILHO (Bloco/PL – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, declaro-me também em obstrução.

O SR. MURILO DOMINGOS (PTB – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhando meu partido, declaro-me em obstrução.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi mos v ê n i a a V. Ex^a tão-somente para co mu ni car que desde segunda-feira estamos pleiteando uma audiência com o Ministro Eli seu Pa di lha, para in ter me di ar a negocia ção dos caminhoneiros em greve no País.

Comportando-se de forma muito acentuada no Rio Grande do Sul, o movimento ganha consistência no Paraná e em Santa Catarina. Essa audiência vinha sendo protelada pelo Ministro Eliseu Padilha, na terça, na quarta e na quinta-feira.

Hoje pela manhã, um grupo de Parlamentares foi ao Ministério dos Transportes, mas, infelizmente, não pôde ser recebido pelo Ministro Eli seu Pa di lha. S. Ex^a há poucos minutos nos avisou que está disposto a receber os Deputados ao meio-dia. Comunicamos à Casa que vamos comparecer para reivindicar o cumprimento da palavra de S. Ex^a o Ministro Eliseu Padilha. Na greve passada assumiu uma série de compromissos e fez promessas aos caminhoneiros, mas nada saiu do papel, absolutamente nada ocorreu na prática.

Ontem, ouvi o Deputado Darcísio Peron di zen do que os caminhoneiros eram baderneiros, bagunceiros, que estavam quebrando pára-brisas. Na verdade, os caminhoneiros não são bagunceiros, não

são baderneiros, não estão quebrando pára-brisas. Estão fazendo uma greve justa para ter um frete e um pedágio justos e não ver assaltos ocorrerem em todo o País, não ver a Polícia Federal em cima do caminhoneiro, mas prendendo o bandido.

As reivindicações dos caminhoneiros são sérias e importantes. Daí a razão dessa paralisação. Espero que S. Ex^a o Ministro Eliseu Padilha e o Governo Fernando Henrique Cardoso não virem as costas para os caminhoneiros como têm feito nos últimos tempos. Os caminhoneiros têm pagado uma conta que absolutamente não devem. O frete é aviltado, o preço do pedágio é um assalto, tanto os pedágios federais quanto os estaduais. No Estado do Rio Grande do Sul, o motorista que antes pagava apenas na ida agora paga na volta, e aumentaram o preço do pedágio. Não é diferente em Santa Catarina e no Paraná.

Então, precisamos fazer esse contraponto, esse enfrentamento com grandeza, com determinação, com seriedade, com clareza.

Espero que o Ministro Eliseu Padilha não só receba os Deputados, mas também abra um canal de negociação com os caminhoneiros, com as suas lideranças legítimas, com a União Brasil Caminhoneiro, enfim, com aqueles que conhecem a realidade, porque só conhece a dor do calo, Deputado Fernando Coruja, quem usa bota. Quem nunca usou bota não sabe o quanto dói o calo da bota. Só conhece a realidade da tua bela Santa Catarina quem lá vive; só conhece a realidade do meu Rio Grande do Sul quem vive lá; só conhece a realidade desgraçada do nosso caminhoneiro quem está na boléia do caminhão. Quem não vive essa realidade não sabe expressar a verdade.

Portanto, precisamos transmitir isso, e ninguém melhor do que o caminhoneiro, seu dirigente, seu líder, seu sindicalista, para expressar esta realidade.

Por isso, estamos pedindo aos colegas Parlamentares apoio nesta cruzada. Do contrário, os caminhoneiros vão ficar na miséria e não poderão levar o pão nosso de cada dia para sua mesa e sua família.

O SR. ADOLFO MARINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ADOLFO MARINHO (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito retificar meu voto. Declaro-me em obstrução.

O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO CORUJA (PDT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão que o Deputado Pompeo de Mattos levanta é de extrema importância.

Vivemos aqui uma situação surrealista, discutindo questões internas da Casa, a eleição no próximo dia 15, e esquecemos os problemas do Brasil real. O debate sobre a questão dos caminhoneiros no País não toma nosso tempo. O brasileiro não está muito preocupado com quem vai ser o próximo Presidente do Congresso Nacional ou da Câmara dos Deputados, mas sim com os problemas do caminhoneiro, que está inseguro, em péssimas estradas, enfrenta a questão do frete, do pedágio. Esse é o problema real que precisamos discutir.

Portanto, o Deputado Pompeo de Mattos levanta em boa hora a questão da luta dos caminhoneiros. E são esses os problemas reais que este Congresso tem que enfrentar e discutir.

O SR. LÉO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma retificação: tinha votado “não”, agora declaro em obstrução.

O SR. ARNALDO MADEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função das intervenções dos colegas Parlamentares sobre a questão da greve dos caminhoneiros, informo a V. Ex^a e à Casa que fui procurado por um grupo de Parlamentares solicitando audiência com o Ministro Eliseu Padilha ou com o Ministro José Gregori. Consegui marcar essa audiência para hoje às 12h. Portanto, o Ministro Eliseu Padilha está aberto ao diálogo, a receber os Parlamentares e conversar sobre o tema.

Esclareço, outrossim, que o Governo está dialogando intensamente com a estrutura sindical dos caminhoneiros. Tem conversado com a confederação dos caminhoneiros, com as federações sindicais, com toda a estrutura organizada do País nessa importante área de atividade econômica.

Desse forma, o Governo não está alheio ao debate e ao que está acontecendo. Pelo contrário, está dialogando intensamente. Contudo, é preciso se res-

peitar a estrutura sindical existente no País, e é isso que o Governo está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Srs. Congressistas, conforme estabelecido, verifica-se a falta de **quorum**.

Fomos convocados para votar. Teremos ajuda de custo, de que a sociedade reclama, para votar. A obstrução é um direito parlamentar. Todos os partidos entraram em obstrução, inclusive o PFL, para evitar que seus Parlamentares sofressem com o corte do **jeton**.

Entretanto, saliento a V. Ex^{as} a responsabilidade do Parlamento com a opinião pública. Não podemos continuar com a tese de não votar e, depois, as Mesas do Senado e da Câmara pagarem a ajuda de custo. No Senado Federal temos conseguido **quorum** para as votações, mas se não houver **quorum** mínimo no Congresso Nacional não conseguiremos votar pelo menos metade das matérias em pauta, não pagarei a ajuda de custo.

No caso da Câmara dos Deputados, não tenho poder para tanto, porque o Presidente daquela Casa é o Deputado Michel Temer, mas estimaria que S. Ex^a adotasse o mesmo procedimento. Contudo, S. Ex^a tem o direito de decidir.

De modo que este é um aspecto para o qual peço a atenção dos Líderes e dos Srs. Deputados: não poderemos assim nos comportar ao final de uma Legislatura convocada pelo Presidente da República para votar matéria relativa a medidas provisórias.

Criamos o critério de ceder a anterioridade. Votaremos sempre as matérias mais antigas. É uma deliberação que cumpro, e só a outra Mesa poderá descumprir. Mas, vejam bem, o Poder Executivo vai jogar sobre nós a culpa pelo não-funcionamento da convocação. Não é a primeira vez que isso acontece. Conseqüentemente, peço encarecidamente aos Srs. Parlamentares do Senado e da Câmara que compareçam às sessões, votem, respeitem democraticamente o resultado das votações, façam a obstrução no caso em que ela for indispensável, mas não deixem de votar, para dar uma satisfação ao povo que nos elegeu e que tem a sua representação traduzida geralmente na imprensa nacional.

Faço sinceramente esse apelo a todos os Srs. Parlamentares, porque não fica bem para cada um de nós receber ajuda de custo sem dar produção ao trabalho.

Essa é a minha posição e é a posição do Senado Federal.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em tese, com o devido respeito ao que V. Ex^a está dizendo, sobre a necessidade de votar, mas lembro que a obstrução é um direito do Parlamentar que não concorda com o que está sendo votado. Essa é uma medida que tem sido utilizada largamente nos Parlamentares, não só no Parlamento brasileiro.

Lembro ainda que essa mesma medida provisória não foi votada ontem por falta de **quorum** no Senado, e não na Câmara. Ela foi votada na Câmara e deixou de ser votada no Senado por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães.) – Quero dizer a V. Ex^a que a obstrução é um direito do Parlamentar; agora, deixar de votar não é dever do Parlamentar. O Parlamento existe para que as Maiorias e Minorias decidam consoante a vontade de seus representantes. Isso ocorre em qualquer parlamento.

De modo que V. Ex^a tenha a bondade de reconhecer a justeza das observações, que são feitas com todo o carinho, sem que refferir ninguém, em defesa do Parlamento brasileiro.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA – Estou reconhecendo isso, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nutro por V. Ex^a um profundo carinho. Sou seu amigo pessoal há muitos anos, mas não vou aceitar esse puxão de orelha, com todo o respeito que V. Ex^a merece.

Nós, Deputados, estamos sendo vítimas de uma disputa de poder na Câmara. Estamos assistindo aqui a posturas políticas – não como essas, patriotas, que V. Ex^a arrosta e avoca – numa queda-de-braco para ver quem vai presidir com ou sem o apoio da Oposição.

Ontem, o País assistiu perplexo a uma votação que causou um prejuízo de 3 bilhões de reais ao Tesouro, só porque um partido entendeu que devia reduzir em cinco dias o prazo de pagamento de salário dos funcionários da União. Foi uma postura não ideológica, não oposicionista, porque quem é da Oposição não é do Governo, não tem cargo no Governo e

não se locupleta no Governo. O PT é da Oposição, está seco, mas quem foi aquinhoado de poder não faz um joguinho que não condiz com a realidade.

Sr. Presidente, a nossa postura hoje não é de confronto com V. Ex^a, não é de confronto com a sociedade, não é de confronto com o contribuinte, que paga os nossos salários; é de zelo. Não podemos arriscar decisões importantes no plenário em função de uma queda-de-braço na disputa eleitoral pelo poder da Mesa da Câmara dos Deputados. Não me sinto aconchegado em fazer obstrução, porque não estou fazendo obstrução contra o contribuinte, contra o Brasil. Estou obstruindo para não fazer o jogo de um partido político que, não tendo maioria no plenário da Câmara, está mudando de posicionamento para nos deixar nessa situação, encurralados, perplexos.

Sr. Presidente, o meu clamor, o meu apelo é pelo bom senso, pela serenidade. Não estou envolvido na luta emocional sucessória nem do Senado nem da Câmara dos Deputados. Não estou. Estou serenamente posicionando a minha bancada no caminho que entendo melhor para o País. Acho que a Constituição me faculta esse direito de ser Parlamentar votando ou me abstendo de votar. Aliás, o painel confirma isso. Eu voto, abstenho-me de votar ou faço obstrução.

Espero que os homens com bom senso, que são os maiores nesta Casa, maiores do que eu, do que nós, que são os que presidem este Parlamento, que lideram essas grandes facções desta Casa, tenham serenidade, pacifiquem os ânimos, para que possamos acompanhá-los, como os seus liderados, na busca do consenso, da paz e da melhor solução para o País nesta Casa.

O meu clamor para os homens que disputam a eleição da Mesa, para aqueles que hoje arrostam ódio neste plenário, ressentimentos e fortes emoções, o meu apelo, Sr. Presidente, é de paz, para que possamos desempenhar, com toda a serenidade, o papel que a sociedade espera de cada um de nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Louvo o espírito público, a serenidade que conheço do Deputado Roberto Jefferson desde os tempos de Ministro. Conheço esse espírito público, essa serenidade, esse desprendimento, essa maneira de fazer política sem pleitear nada, que sempre o eleva – principalmente agora, quando está com esse físico maravilhoso. Realmente S. Ex^a é um homem muito fiel a essa tradição que acaba de referir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Deputado

Arthur Virgílio para uma Comunicação de Liderança, pela base governista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser bastante claro e até taxativo, sobretudo pelo respeito político e público e pelo carinho pessoal que V. Ex^a de mim merece.

A orientação da Liderança do Governo é claramente não se voltar nada mais no dia de hoje, por uma razão muito simples: ontem, uma aliança inesperada entre um partido da base governista e as oposições redundou num prejuízo fiscal que poderá ser da ordem de 4 bilhões de reais. O Governo, neste momento, está estudando a forma jurídica de contornar o problema.

Acreditamos que este fim de semana será um bom conselheiro para que todos façamos as melhores reflexões e aqui retornemos para votar, aí sim, de acordo com a cronologia proposta por V. Ex^a, para votar tudo, para ganhar ou para perder, mas o Governo sabendo com clareza, e definitivamente, quem está ao seu lado e quem está contra ele. O Governo, que se senta maioria na rua, que foi maioria na eleição em primeiro turno, haverá sempre de saber construir maioria aqui dentro, de preferência com seus leais companheiros de sempre, com aqueles que construíram o Plano Real, a estabilidade econômica, a inflação baixa e tantas reformas que haverão de gerar muito benefício social para o povo brasileiro.

A definição é, então, muito clara: a recomendação da Liderança é esvaziar a votação hoje, sim. A partir da semana que vem, votaremos para ganhar ou para perder, sabendo com que aliados contamos. Não temos dúvida de que, entre esses aliados, a partir da reflexão e da volta à sensatez, haverá de estar, em primeiro lugar, o Partido da Frente Liberal, que foi um artífice do Brasil vigoroso que está nascendo e não haverá de abandonar esse projeto agora por qualquer razão, pois qualquer razão é necessariamente menor que o interesse brasileiro em si mesmo.

O meu **jeton** é insignificante, o meu **jeton** não tem a menor importância. Estou amparado pelo Regimento e, sobretudo, definido, como está definido o Governo que represento aqui, a ver estabelecidas no painel, na votação eletrônica, as forças com as quais efetivamente o Governo pode contar para tocar o Brasil.

Com o Brasil, o Presidente Fernando Henrique tem um dever: o de ver de governar; para governar, o dever de fazer maioria; para fazer maioria, por esse meio, dar respostas aos anseios sociais e econômicos que permeiam a preocupação da sociedade brasileira.

Repito, portanto, com esta palavra, que é a palavra da Liderança do Governo, o respeito público e o carinho pessoal que V. Ex^a haverá imorredouramente de merecer da minha pessoa. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Professor Luizinho e, posteriormente, ao Deputado Clementino Coelho, convoco para terça-feira, às 14h30min, sessão do Congresso Nacional, para apreciação de medidas provisórias. Essa é a base da convocação, essa é a prioridade que temos.

Então, terça-feira, com ou sem obstrução, a Mesa cumprirá os seus deveres.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Professor Luizinho.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que nós, da Oposição, em particular do Partido dos Trabalhadores, estamos até entendendo o puxão de orelha que V. Ex^a está dando, mas a forma como o está fazendo macula o conjunto da Casa, distribuindo a todos o ônus.

Quero fazer algumas ressalvas. O instrumento da obstrução é regimental e é legítimo para garantir que a Minoria obrigue a Maioria a demonstrar a convicção de seus propósitos, de sua concepção relativa a seus projetos, trazendo seu voto ao plenário. Portanto, o instrumento da obstrução não é algo que negue a obrigatoriedade da votação, mas responsabiliza a Maioria por ela. Essa era a primeira ressalva, para que não pare confusão.

A segunda é relativamente à guerra e ao jogo que se dão no plenário.

A terceira é sobre as medidas provisórias para serem votadas nesta convocação, porque elas estavam também no período ordinário. Poderíamos estar insistentemente sendo convocados para votar, para que a Oposição exercesse o seu legítimo direito de obstrução sem estar envolvida no jogo deste momento.

Essas eram as ressalvas que queria dirigir a V. Ex^a.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CLEMENTINO COELHO (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Sras. Congressistas, gostaria apenas de infor-

mar que toda a bancada do PPS registrou presença no painel e aguarda o **quorum** para votar.

No entanto, Sr. Presidente, tenho certeza de que, com sua sabedoria e competência, V. Ex^a concordará que não poderemos continuar votando atabalhoadamente matérias de interesse da sociedade brasileira, da Nação, com um viés ou com uma miopia conjuntural de uma eleição.

Ninguém quer a proliferação de medidas provisórias, mas as que estão aí, reeditadas já 30, 40, 50 vezes, têm que ser votadas, têm que ser analisadas sob a ótica do interesse da Nação brasileira. Não nos podemos envolver por uma disputa de personalidades, por uma conjuntura, porque assim prejudicaremos a sociedade, que quer justamente isto que V. Ex^a pediu: equilíbrio, celeridade e compostura. Não queremos ser julgados erroneamente pela sociedade, motivo pelo qual não podemos votar nesse clima de disputa eleitoral, em que não se está analisando o mérito das medidas provisórias, muitas delas de alcance social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Na hora em que houver 80 ou 90 medidas provisórias reeditadas, a culpa será de quem?

O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO CORUJA (PDT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesse caso específico o PDT ficou isolado porque votou “sim”, foi o único partido que não obstruiu. E nós não entendemos realmente, neste instante, que deveríamos obstruir; acho que precisamos votar.

Mas, nesta oportunidade, a derrota de ontem do Governo relativa a uma medida provisória tem que servir como lição para o Governo. Essa questão de medida provisória para data de pagamento é um equívoco que não está no Parlamento, mas no próprio Governo, que edita uma medida provisória para alterar data de pagamento de funcionários. Que urgência e relevância tem isso? Isso não tem urgência e relevância, essa é uma matéria típica de projeto de lei, ela tem que tramitar dessa forma.

Então, não aceito de maneira alguma que se afirme aqui que nós da Oposição estamos dando prejuízo, o que também não é verdade. Essa questão está relacionada com a contabilidade, para que não haja déficit orçamentário no final do ano, porque não vai haver prejuízo real. No final do ano, o Governo pode editar outra medida provisória e prorrogar o pagamento de dezem-

bro para janeiro, resolvendo os seus problemas. É preciso tirar deste momento a lição de que não podemos continuar aceitando a edição de medida provisória que trata de alteração da data de pagamento de funcionários. O Governo deve editar medidas provisórias quando for necessário, ou seja, quando se tratar da discussão de moedas e de outras questões.

Por isso, creio que não seja uma questão de punição de oreilha. Temos que fazer mea-culpa, por que também temos culpa, mas fundamentalmente a culpa é do Governo, que edita uma medida provisória que trata de alteração da data de pagamento de funcionários.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, compreendo a discussão promovida por V. Ex^a, mas devo dizer que, de fato, apesar de todos estarmos envergonhados perante a opinião pública em virtude da discussão das medidas provisórias e embora a convocação extraordinária tenha sido feita pelo Presidente da República, o que fica no imaginário popular é que a convocação é feita devido à pressão pela suplementação salarial.

Todos estamos envergonhados de estar discutindo medida provisória, até porque ela confronta a forma como é articulada pelo Governo, a ordem jurídica e a legislação vigente e é absolutamente incompatível com todas as experiências do mundo em relação ao sistema presidencialista.

Diante das considerações feitas pelo Líder do Governo em relação à medida provisória que ontem, por um espírito camaleônico, momentâneo da Casa, conseguimos derrotar, devo dizer que os servidores públicos deverão imediatamente solicitar restituição, porque se esta conta existe os servidores públicos foram roubados em 3 bilhões de reais.

Portanto, se a conta existe para o Governo, a conta também existe para os servidores públicos, que foram lesados em 3 bilhões de reais, em função da artilharia da base governista, que, durante cinco dias, se apropriou de dinheiro que não lhe pertence.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ronaldo Cezar Coelho.

O SR. RONALDO CEZAR COELHO (PSDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, após quase um ano de convivência diária com o Deputado Fernando Coruja, devo dizer que discordo da avaliação de S. Ex^a no sentido de que a matéria de que trata a medida provisória apreciada ontem, objeto de toda esta análise que estamos fazendo, não seja matéria de relevância fiscal, não justifique a edição de uma medida provisória. Temos que voltar no tempo e ver as condições em que foi adotada essa iniciativa, porque, sem dúvida nenhuma, ela tem conteúdo de relevância fiscal que justifique a sua edição.

Completo este breve registro fazendo um comentário a respeito de uma ligação que recebi hoje, às 5h30min, de um amigo francês. Ele questionava o que teria acontecido no Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre. Meu amigo ficou perplexo com o fato de o Sr. Bové ter sido o grande destaque do fórum. Esse senhor é o maior exemplo do reacionarismo da direita francesa, uma vez que persegue os imigrantes, é contra os judeus e fica absolutamente raivoso quando se fala de abertura do mercado e de defesa dos subsídios, os quais impedem a venda da carne de frango brasileiro para a França. O mesmo se pode dizer quando se fala no aumento da importação e das quotas na exportação de soja francesa. Entretanto, lemos nos jornais de hoje que, após participar do encontro em Porto Alegre sobre oportunidade correta para um grande debate sobre os rumos da economia mundial, o Sr. Bové embarcou na sala **vip** como sendo o grande destaque do referido encontro.

Portanto, precisamos reparar essa questão em âmbito internacional. Esse homem que é anti-semita, reacionário e prejudica o trabalhador brasileiro! Não foi recebido no Brasil como líder da esquerda internacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Comunico à Casa que o Presidente Michel Temer solicitou-me que adiasse a sessão do Congresso Nacional, porque é seu desejo incluir na pauta da sessão da Câmara dos Deputados matéria que limite a edição de medidas provisórias. Portanto, a sessão do Congresso Nacional acontecerá às 18h30min. de terça-feira, para dar lugar à referida sessão da Câmara dos Deputados.

Em votação na Câmara dos Deputados a Emenda nº 11, oferecida à Medida Provisória nº 2.114-75, de 2001.

(Procede-se à votação.)

51ª Legislatura

Presidente da Casa: Antonio Carlos Magalhães - PFL/B

4ª QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
EXTRAORDINÁRIA

Presidiram a Sessão: Antonio Carlos Magalhães - 11:12

SESSÃO CONJUNTA Nº 003 - 01/02/2001

Abertura Sessão : 01/02/2001 11:12

Encerramento Sessão : 01/02/2001 13:53

Proposição: MP Nº 2.114-75/2001 - EMENDA Nº 11

Início Votação : 01/02/2001 11:14

Fim Votação : 01/02/2001 12:10

Presidiram a Votação: Antonio Carlos Magalhães - 11:12

Resultado da Votação

Sim 27

Não 109

Abstenção 31

Total da Votação 167

Orientação

PSDB - Obstrução

PFL - Obstrução

PT - Obstrução

PPB - Obstrução

PTB - Obstrução

PSB/PCDOB - Obstrução

PDT - Sim

PL/PSL - Obstrução

PPS - Obstrução

Total Quorum 167

Obstrução 96

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Airton Cascavel	PPS	PDT/PPS	Não
Alceste Almeida	PMDB	PMDB/PTN	Não
Almir Sá	PPB		Não
Luis Barbosa	PFL		Obstrução
Total Roraima : 4			
AMAPÁ			
Dr. Benedito Dias	PPB		Obstrução
Eduardo Seabra	PTB		Não
Evandro Milhomen	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Fátima Pelaes	PSDB		Abstenção
Jurandil Juarez	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Total Amapá : 5			

	Partido	Bloco	Voto
PARÁ			
Elcione Barbalho	PMDB	PMDB/PTN	Não
Gerson Peres	PPB		Não
Nilson Pinto	PSDB		Não
Renildo Leal	PTB		Não
Socorro Gomes	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
Total Pará : 5			
AMAZONAS			
Euler Ribeiro	PFL		Sim
Luiz Fernando	PPB		Obstrução
Pauderney Avelino	PFL		Obstrução
Silas Câmara	PTB		Abstenção
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
Total Amazonas : 5			
RONDONIA			
Agnaldo Muniz	PPS	PDT/PPS	Não
Euripedes Miranda	PDT	PDT/PPS	Sim
Marinha Raupp	PSDB		Abstenção
Sérgio Carvalho	PSDB		Obstrução
Total Rondonia : 4			
ACRE			
Ildefonso Cordeiro	PFL		Obstrução
João Tota	PPB		Não
José Aleksandro	PSL	PL/PSL	Obstrução
Márcio Bittar	PPS	PDT/PPS	Não
Total Acre : 4			
TOCANTINS			
Antônio Jorge	PTB		Abstenção
Igor Avelino	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Oswaldo Reis	PMDB	PMDB/PTN	Não
Total Tocantins : 3			
MARANHÃO			
Antonio Joaquim Araújo	PPB		Não
Eliseu Moura	PPB		Não
Gastão Vieira	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
João Castelo	PSDB		Não
José Antonio Almeida	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Remi Trinta	PST		Não
Total Maranhão : 6			
CEARÁ			
Adolfo Marinho	PSDB		Não
Antonio Cambraia	PSDB		Não
Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
José Linhares	PPB		Sim
Léo Alcântara	PSDB		Não
Mauro Benevides	PMDB	PMDB/PTN	Não
Moroni Torgan	PFL		Sim
Nelson Otoch	PSDB		Obstrução
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Obstrução

	Partido	Bloco	Voto
CEARÁ			
Roberto Pessoa	PFL		Abstenção
Rommel Feijó	PSDB		Obstrução
Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Ubiratan Aguiar	PSDB		Não
Vicente Arruda	PSDB		Não
Total Ceará : 14			
PIAUI			
Átila Lira	PSDB		Não
Heráclito Fortes	PFL		Abstenção
Marcelo Castro	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Themístocles Sampaio	PMDB	PMDB/PTN	Não
Total Piauí : 4			
RIO GRANDE DO NORTE			
Carlos Alberto Rosado	PFL		Obstrução
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Iberê Ferreira	PPB		Não
Múcio Sá	PMDB	PMDB/PTN	Não
Total Rio Grande do Norte : 4			
PARAÍBA			
Armando Abílio	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Enivaldo Ribeiro	PPB		Não
Ricardo Rique	PSDB		Não
Total Paraíba : 3			
PERNAMBUCO			
Armando Monteiro	PMDB	PMDB/PTN	Não
Carlos Batata	PSDB		Obstrução
Clementino Coelho	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB	Abstenção
João Colaço	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Joaquim Francisco	PFL		Abstenção
Luiz Piauhyllino	PSDB		Não
Osvaldo Coelho	PFL		Não
Pedro Corrêa	PPB		Não
Pedro Eugênio	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Total Pernambuco : 12			
ALAGOAS			
Augusto Farias	PPB		Não
Givaldo Carimbão	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Helenildo Ribeiro	PSDB		Não
João Caldas	PL	PL/PSL	Abstenção
José Thomaz Nonô	PFL		Abstenção
Olavo Calheiros	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Regis Cavalcante	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Total Alagoas : 7			
SERGIPE			
Augusto Franco	PSDB		Não

	Partido	Bloco	Voto
SERGIPE			
Ivan Paixão	PPS	PDT/PPS	Não
Jorge Alberto	PMDB	PMDB/PTN	Sim
José Teles	PSDB		Sim
Pedro Valadares	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Tânia Soares	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
Total Sergipe : 6			
BAHIA			
Ariston Andrade	PFL		Sim
Benito Gama	PFL		Não
Coriolano Sales	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Eujácio Simões	PL	PL/PSL	Obstrução
Gerson Gabrielli	PFL		Obstrução
Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
Jaime Fernandes	PFL		Obstrução
João Leão	PSDB		Obstrução
Jonival Lucas Junior	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Jorge Khoury	PFL		Obstrução
José Rocha	PFL		Obstrução
Leur Lomanto	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Mário Negromonte	PSDB		Obstrução
Nilo Coelho	PSDB		Não
Paulo Braga	PFL		Obstrução
Roland Lavigne	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Ursicino Queiroz	PFL		Abstenção
Walter Pinheiro	PT		Sim
Total Bahia : 18			
MINAS GERAIS			
Antônio do Valle	PMDB	PMDB/PTN	Não
Bonifácio de Andrada	PSDB		Não
Cabo Júlio	PL	PL/PSL	Obstrução
Carlos Mosconi	PSDB		Não
Custódio Mattos	PSDB		Não
Edmar Moreira	PPB		Não
Eduardo Barbosa	PSDB		Não
Eliseu Resende	PFL		Obstrução
Herculano Anghinetti	PPB		Não
Ibrahim Abi-Ackel	PPB		Não
Jaime Martins	PFL		Obstrução
João Magalhães	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL	Obstrução
Márcio Reinaldo Moreira	PPB		Não
Marcos Lima	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Mário Assad Júnior	PFL		Obstrução
Narcio Rodrigues	PSDB		Não
Odelmo Leão	PPB		Não
Olimpio Pires	PDT	PDT/PPS	Sim
Paulo Delgado	PT		Obstrução
Romei Anizio	PPB		Não
Romeu Queiroz	PSDB		Não
Ronaldo Vasconcellos	PL	PL/PSL	Abstenção
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Silas Brasileiro	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Total Minas Gerais : 25			
ESPIRITO SANTO			
Feu Rosa	PSDB		Não
Ricardo Ferraço	PSDB		Não
Rita Camata	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Total Espírito Santo : 3			
RIO DE JANEIRO			
Alcione Athayde	PPB		Obstrução
Aldir Cabral	PFL		Obstrução
Alexandre Santos	PSDB		Não
Almerinda de Carvalho	PFL		Obstrução
Arolde de Oliveira	PFL		Abstenção
Candinho Mattos	PPS	PDT/PPS	Abstenção
Carlos Santana	PT		Sim
Cornélio Ribeiro	PDT	PDT/PPS	Abstenção
Dino Fernandes	PSDB		Não
Dr. Heleno	PSDB		Não
Fernando Gonçalves	PTB		Não
Jair Bolsonaro	PPB		Não
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
João Mendes	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
João Sampaio	PDT	PDT/PPS	Sim
Jorge Wilson	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Luisinho	PST		Sim
Luiz Ribeiro	PSDB		Sim
Marcio Fortes	PSDB		Obstrução
Miro Teixeira	PDT	PDT/PPS	Não
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Roberto Jefferson	PTB		Abstenção
Ronaldo Cezar Coelho	PSDB		Obstrução
Simão Sessim	PPB		Não
Vivaldo Barbosa	PDT	PDT/PPS	Sim
Wanderley Martins	PFL		Obstrução
Total Rio de Janeiro : 26			
SÃO PAULO			
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
Antonio Kandir	PSDB		Não
Arnaldo Faria de Sá	PPB		Não
Arnaldo Madeira	PSDB		Não
Bispo Wandervai	PL	PL/PSL	Não
Celso Russomanno	PPB		Não
Chico Sardelli	PFL		Obstrução
Clovis Volpi	PSDB		Obstrução
Coraucci Sobrinho	PFL		Sim
De Velasco	PSL	PL/PSL	Obstrução
Dr. Hélio	PDT	PDT/PPS	Sim
Duilio Pisaneschi	PTB		Obstrução
Emerson Kapaz	PPS	PDT/PPS	Não
Fernando Zuppo	PDT	PDT/PPS	Sim

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Gilberto Kassab	PFL		Não
João Eduardo Dado	PMDB	PMDB/PTN	Não
João Herrmann Neto	PPS	PDT/PPS	Não
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	PMDB/PTN	Não
Jose Coimbra	PTB		Obstrução
José de Abreu	PTN	PMDB/PTN	Obstrução
José Índio	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
José Roberto Batochio	PDT	PDT/PPS	Não
Kincas Mattos	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Lamartine Posella	PMDB	PMDB/PTN	Sim
Luiz Antonio Fleury	PTB		Não
Marcelo Barbieri	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Marcos Cintra	PFL		Obstrução
Medeiros	S.Part.		Obstrução
Milton Monti	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Moreira Ferreira	PFL		Obstrução
Nelo Rodolfo	PMDB	PMDB/PTN	Não
Nelson Marquezelli	PTB		Abstenção
Neuton Lima	PFL		Não
Rubens Furlan	PPS	PDT/PPS	Não
Sampaio Dória	PSDB		Não
Silvio Torres	PSDB		Obstrução
Wagner Salustiano	PPB		Abstenção
Zulaê Cobra	PSDB		Não
Total São Paulo : 38			
MATO GROSSO			
Murilo Domingos	PTB		Sim
Wilson Santos	PMDB	PMDB/PTN	Não
Total Mato Grosso : 2			
DISTRITO FEDERAL			
Alberto Fraga	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Wigberto Tartuce	PPB		Não
Total Distrito Federal : 2			
GOIÁS			
Aldo Arantes	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
Euler Moraes	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Geovan Freitas	PMDB	PMDB/PTN	Não
Jovair Arantes	PSDB		Não
Juquinha	PSDB		Obstrução
Lidia Quinan	PSDB		Não
Lúcia Vânia	PSDB		Não
Luiz Bittencourt	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Norberto Teixeira	PMDB	PMDB/PTN	Não
Pedro Canedo	PSDB		Não
Pedro Chaves	PMDB	PMDB/PTN	Não
Zé Gomes da Rocha	PMDB	PMDB/PTN	Não
Total Goiás : 12			
MATO GROSSO DO SUL			
Flávio Derzi	PMDB	PMDB/PTN	Sim
João Grandão	PT		Obstrução

	Partido	Bloco	Voto
MATO GROSSO DO SUL			
Manoel Vitorio	PT		Obstrução
Marçal Filho	PMDB	PMDB/PTN	Não
Marisa Serrano	PSDB		Obstrução
Nelson Trad	PTB		Não
Waldemir Moka	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Total Mato Grosso do Sul : 7			
PARANÁ			
Affonso Camargo	PFL		Obstrução
Alex Canziani	PSDB		Não
Basilio Villani	PSDB		Não
Dilceu Sperafico	PPB		Não
Flávio Arns	PSDB		Sim
Gustavo Fruet	PMDB	PMDB/PTN	Não
Iris Simões	PTB		Não
Ivanio Guerra	PFL		Obstrução
José Borba	PMDB	PMDB/PTN	Não
Luiz Carlos Hauly	PSDB		Não
Nelson Meurer	PPB		Obstrução
Odílio Balbinotti	PSDB		Não
Oliveira Filho	PL	PL/PSL	Não
Osmar Serraglio	PMDB	PMDB/PTN	Obstrução
Ricardo Barros	PPB		Obstrução
Rubens Bueno	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Werner Wanderer	PFL		Obstrução
Total Paraná : 17			
SANTA CATARINA			
Antônio Carlos Konder Reis	PFL		Abstenção
Eni Voltolini	PPB		Não
Fernando Coruja	PDT	PDT/PPS	Sim
Hugo Biehl	PPB		Não
Paulo Gouvêa	PFL		Obstrução
Renato Vianna	PMDB	PMDB/PTN	Não
Serafim Venzon	PDT	PDT/PPS	Sim
Vicente Caropreso	PSDB		Obstrução
Total Santa Catarina : 8			
RIO GRANDE DO SUL			
Airton Dipp	PDT	PDT/PPS	Sim
Alceu Collares	PDT	PDT/PPS	Sim
Augusto Nardes	PPB		Não
Cezar Schirmer	PMDB	PMDB/PTN	Abstenção
Clovis Ilgenfritz	PT		Obstrução
Edir Oliveira	PTB		Não
Enio Bacci	PDT	PDT/PPS	Sim
Ezidio Pinheiro	PSDB		Não
Fetter Júnior	PPB		Abstenção
Luis Carlos Heinze	PPB		Não
Marcos Rolim	PT		Obstrução
Nelson Marchezan	PSDB		Obstrução
Orlando Desconsi	PT		Obstrução
Paulo Palm	PT		Obstrução

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO SUL			
Pompeo de Mattos	PDT	PDT/PPS	Sim
Roberto Argenta	PHS		Não
Telmo Kirst	PPB		Não
Yeda Crusius	PSDB		Não

Total Rio Grande do Sul : 18

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A votação da Emenda nº 11 à Medida Provisória nº 2.114-75, de 2001, será feita na próxima sessão conjunta do Congresso Nacional em virtude da falta de **quorum**.

São os seguintes os itens da Ordem do Dia cuja votação fica sobrestada, em virtude da falta de **quorum**.

Item 2

Medida Provisória nº 2.074-73, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências (Mensagem nº 16/2001 – CN – nº 56/2001, na origem).

Item 3

Medida Provisória nº 2.084-71, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera a legislação referente ao adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências (Mensagem nº 25/2001 – CN – nº 65/2001, na origem).

Item 4

Medida Provisória nº 2.095-71, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências (Mensagem nº 35/2001 – CN – nº 75/2001, na origem).

Item 5

Medida Provisória nº 2.072-64, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro

Nacional – NTN, destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. (Mensagem nº 14/2001 – CN – nº 54/2001, na origem).

Item 6

Medida Provisória nº 2.062-62, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências (Mensagem nº 41/2001 – CN – nº 81/2001, na origem).

Item 7

Medida Provisória nº 2.139-62, publicada no dia 29 de janeiro de 2001, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências (Mensagem nº 81/2001 – CN – nº 121/2001, na origem).

Item 8

Medida Provisória nº 2.080-59, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.

Item 9

Medida Provisória nº 2.111-49, publicada no dia 2 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências (Mensagem nº 55/2001 – CN – nº 91/2001, na origem).

Item 10

Medida Provisória nº 2.109-48, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e dá outras providências (Mensagem nº 53/2001 – CN – nº 89/2001, na origem).

Item 11

Medida Provisória nº 2.081-45, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências (Mensagem nº 22/2001 – CN – nº 62/2001, na origem).

Item 12

Medida Provisória nº 2.132-41, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimento de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências (Mensagem nº 75/2001 – CN – nº 104/2001, na origem).

Item 13

Medida Provisória nº 2.082-40, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências (Mensagem nº 23/2001 – CN – nº 63/2001, na origem).

Item 14

Medida Provisória nº 2.110-40, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dis-

põe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo e dá outras providências (Mensagem nº 54/2001 – CN – nº 90/2001, na origem).

Item 15

Medida Provisória nº 2.121-39, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera dispositivo das Leis nºs 9.082, de 25 de julho de 1995, 9.293, de 15 de julho de 1996, 9.473, de 22 de julho de 1997, 9.692, de 27 de julho de 1998 e 9.811, de 28 de julho de 1999 e 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, respectivamente (Mensagem nº 65/2001 – CN – nº 115/2001, na origem).

Item 16

Medida Provisória nº 2.068-38, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências (Mensagem nº 10/2001 – CN – nº 50/2001, na origem).

Item 17

Medida Provisória nº 2.103-37, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências (Mensagem nº 47/2001 – CN – nº 83/2001, na origem).

Item 18

Medida Provisória nº 2.078-36, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências (Mensagem nº 19/2001 – CN – nº 59/2001, na origem).

Item 19

Medida Provisória nº 2.088-36, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências (Mensagem nº 43/2001 – CN – nº 111/2001, na origem).

Item 20

Medida Provisória nº 2.097-36, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências (Mensagem nº 44/2001 – CN – nº 112/2001, na origem).

Item 21

Medida Provisória nº 2.086-35, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências (Mensagem nº 27/2001-CN – nº 67/2001, na origem).

Item 22

Medida Provisória nº 2.053-35, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências (Mensagem nº 5/2001-CN – nº 45/2001, na origem).

Item 23

Medida Provisória nº 2.075-35, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro de Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências (Mensagem nº 17/2001-CN – nº 57/2001, na origem).

Item 24

Medida Provisória nº 2.099-34, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dis-

põe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo, e dá outras providências (Mensagem nº 38/2001-CN – nº 78/2001, na origem).

Item 25

Medida Provisória nº 2.136-34, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências (Mensagem nº 78/2001-CN – nº 107/2001, na origem).

Item 26

Medida Provisória nº 2.073-33, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Mensagem nº 15/2001-CN – nº 55/2001, na origem).

Item 27

Medida Provisória nº 2.076-33, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências (Mensagem nº 42/2001-CN – nº 110/2001, na origem).

Item 28

Medida Provisória nº 2.085-32, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências (Mensagem nº 26/2001-CN – nº 66/2001, na origem).

Item 29

Medida Provisória nº 2.069-31, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1980, dá outras providências (Conselho Nacional de Seguros Privados – Capitais mínimos para as sociedades seguradoras) (Mensagem nº 11/2001-CN – nº 51/2001, na origem).

Item 30

Medida Provisória nº 2.083-31, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento (Mensagem nº 24/2001-CN – nº 64/2001, na origem).

Item 31

Medida Provisória nº 2.070-28, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde (Mensagem nº 12/2001-CN – nº 52/2001, na origem).

Item 32

Medida Provisória nº 2.077-28, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que institui o Auxílio-Transporte aos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 (Mensagem nº 18/2001-CN – nº 58/2001, na origem).

Item 33

Medida Provisória nº 2.087-28, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a administração de recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências (Mensagem nº 28/2001-CN – nº 68/2001, na origem).

Item 34

Medida Provisória nº 2.100-28, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dis-

põe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências (Mensagem nº 39/2001-CN – nº 79/2001, na origem).

Item 35

Medida Provisória nº 2.101-28, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências (Mensagem nº 45/2001-CN – nº 82/2001, na origem).

Item 36

Medida Provisória nº 2.123-28, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências (Mensagem nº 67/2001-CN – nº 120/2001, na origem).

Item 37

Medida Provisória nº 2.071-27, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências (Mensagem nº 13/2001-CN – nº 53/2001, na origem).

Item 38

Medida Provisória nº 2.102-27, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e

4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências (Mensagem nº 46/2001-CN – nº 113/2001, na origem).

Item 39

Medida Provisória nº 2.113-27, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências (Mensagem nº 57/2001 – CN – nº 119/2001, na origem).

Item 40

Medida Provisória nº 2.118-27, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios (Mensagem nº 62/2001 – CN – nº 96/2001 na origem).

Item 41

Medida Provisória nº 2.067-26, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas, e dá outras providências (Mensagem nº 9/2001 – CN – nº 49/2001, na origem).

Item 42

Medida Provisória nº 2.134-26, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera dispositivos das Leis nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências (Mensagem nº 76/2001 – CN – nº 105/2001, na origem).

Item 43

Medida Provisória nº 2.098-25, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à

reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados e dá outras providências (Mensagem nº 37/2001 – CN – nº 77/2001, na origem).

Item 44

Medida Provisória nº 2.089-24, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração (Mensagem nº 29/2001 – CN – nº 69/2001, na origem).

Item 45

Medida Provisória nº 2.135-24, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências (Mensagem nº 77/2001 – CN – nº 106/2001, na origem).

Item 46

Medida Provisória nº 2.066-23, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências (DNOCS) (Mensagem nº 8/2001 – CN – nº 48/2001, na origem).

Item 47

Medida Provisória nº 2.094-23, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências (Mensagem nº 34/2001 – CN – nº 74/2001, na origem).

Item 48

Medida Provisória nº 2.093-21, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho (Mensagem nº 33/2001 – CN – nº 73/2001, na origem).

Item 49

Medida Provisória nº 2.092-20, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que insti-

tui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional (Mensagem nº 32/2001 – CN – nº 72/2001, na origem).

Item 50

Medida Provisória nº 2.090-18, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante (Mensagem nº 30/2001 – CN – nº 70/2001, na origem).

Item 51

Medida Provisória nº 2.124-18, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências (Mensagem nº 68/2001 – CN – nº 99/2001, na origem).

Item 52

Medida Provisória nº 2.065-17, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário (Mensagem nº 7/2001 – CN – nº 47/2001, na origem).

Item 53

Medida Provisória nº 2.091-16, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de no-

vembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares (Mensagem nº 31/2001 – CN – nº 71/2001, na origem).

Item 54

Medida Provisória nº 2.104-15, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego (Mensagem nº 48/2001 – CN – nº 84/2001, na origem).

Item 55

Medida Provisória nº 2.105-15, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências (Mensagem nº 49/2001 – CN – nº 85/2001, na origem).

Item 56

Medida Provisória nº 2.116-15, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que assegura percepção de gratificação por servidores da Carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970 e 5.906, de 23 de julho de 1973, e dá outras providências (Mensagem nº 60/2001 – CN – nº 114/2001, na origem).

Item 57

Medida Provisória nº 2.115-15, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiros e dá outras providências (Mensagem nº 59/2001 – CN – nº 94/2001, na origem).

Item 58

Medida Provisória nº 2.117-14, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce e altera dispositivo à Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cé-

dula de Produto Rural, e dá outras providências (Mensagem nº 61/2001 – CN – nº 95/2001, na origem).

Item 59

Medida Provisória nº 2.125-12, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências (Mensagem nº 69/2001 – CN – nº 100/2001, na origem).

Item 60

Medida Provisória nº 2.106-1, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719 de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências (Mensagem nº 50/2001 – CN – nº 86/2001, na origem).

Item 61

Medida Provisória nº 2.107-11, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre transporte rodoviário de carga e dá outras providências (Mensagem nº 51/2001 – CN – nº 87/2001, na origem).

Item 62

Medida Provisória nº 2.108-10, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências (Mensagem nº 52/2001 – CN – nº 88/2001, na origem).

Item 63

Medida Provisória nº 2.120-9, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências (Mensagem nº 64/2001 – CN – nº 97/2001, na origem).

Item 64

Medida Provisória nº 2.126-8, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225

da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea j, 10, alínea c, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefício e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências (Mensagem nº 70/2001 – CN – nº 101/2001, na origem).

Item 65

Medida Provisória nº 2.127-6, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 e agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas (Mensagem nº 71/2001 – CN – nº 102/2001, na origem).

Item 66

Medida Provisória nº 2.128-6, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências (Mensagem nº 72/2001 – CN – nº 116/2001, na origem).

Item 67

Medida Provisória nº 2.129-5, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências (Mensagem nº 73/2000 – CN – nº 117/2001, na origem).

Item 68

Medida Provisória nº 2.061-4, publicada no dia 26 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Mensagem nº 6/2001 – CN – nº 46/2001, na origem).

Item 69

Medida Provisória nº 2.138-3, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos e dá outras providências (Mensagem nº 80/2001 – CN – nº 109/2001, na origem).

Item 70

Medida Provisória nº 2.122-2, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde e dá outras providências (Mensagem nº 66/2001 – CN – nº 98/2001, na origem).

Item 71

Medida Provisória nº 2.131-1, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1.960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências (Mensagem nº 74/2001 – CN – nº 103/2001, na origem).

Item 72

Medida Provisória nº 2.137-1, publicada no dia 27 de janeiro de 2001, que acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências (Mensagem nº 79/2001 – CN – nº 108/2001, na origem).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. Maguito Vilela, a Sra. Almerinda de Carvalho, os Srs. Divaldo Suruagy, Arnon Bezerra, Roberto Pessoa e Eduardo Siqueira Campos enviaram discursos a mesa para serem publicados na forma regimental.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronunciaio seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Senador Pedro Simon, um dos principais líderes nacionais do meu partido e certamente um dos mais respeitados políticos do Brasil, está fazendo aniversário no dia de hoje. Se esta é uma data importante para todos aqueles que, como eu, o prezam e o admiram, que ela, então, ganhe em importância e projeção pelo que Simon representa para o PMDB e para o Brasil e pela tarefa fundamental que terá a trilhar daqui em diante.

Não assomo à tribuna apenas para cumprimentar esse homem público extraordinário. Isso fa rei pessoalmente, com um abraço fraterno e amigo. Venho, numa data de fortes contornos sentimentais, renovar meu integral apoio à sua necessária e oportuna disposição de concorrer à Presidência da República do Brasil.

Estou convicto de que o PMDB, pela sua história, pelos seus quadros excepcionais espalhados Brasil afora, pela sua filosofia política, pela sensibilidade com as questões sociais, pela sintonia com o povo brasileiro, notadamente o povo mais pobre e mais humilde, precisa concorrer ao mais alto posto político no Brasil. É a forma de colocar em prática um programa de ação que seja rígido com as questões fiscais e econômicas, mas generoso com o social e com o desenvolvimento.

E o nosso notável Pedro Simon reúne as qualidades para levar adiante esse projeto que vai fazer do Brasil um país melhor e do seu povo uma gente mais feliz. Simon tem um currículo invejável. Advogado, professor universitário, com cursos de pós-graduação em Economia Política na Sorbonne de Paris e na PUC do Rio Grande do Sul, trilhou uma carreira política de vitórias e realizações. Vereador em sua querida Caxias, Deputado Estadual combativo, Governador excepcional, Ministro de Estado e Senador já pelo terceiro mandato.

Uma trajetória marcada pela honestidade e pela coerência. São mais de quarenta anos de vida pública e nenhuma nódoa, nenhuma mancha. Nunca, em época alguma, ouviu-se falar em qualquer tipo de envolvimento do Senador Pedro Simon com irregularidades, com desvios, com corrupção.

Pelo contrário. O nome de Pedro Simon vem sempre acompanhado de ações vigorosas contra a impunidade e a roubalheira – e não é de hoje, é bom que se diga, esta é uma luta antiga. O Senador Simon foi destaque no processo que culminou com o afastamento do Presidente Collor. Seu nome está direta-

mente ligado à memorável campanha das Diretas-Já, da qual foi coordenador nacional.

Dele se tem notícia entrincheirado nas lutas pela democracia, pela liberdade, pela justiça social, defendendo sempre o povo de seu Rio Grande e o povo de nosso Brasil. E tenho a responsabilidade de ir além: Pedro Simon é um político que conhece o País como poucos. Conhece porque viaja, porque anda pelos quatro cantos, porque conversa, dialoga e discute. E faz tudo isso porque tem disposição, não tem preguiça.

Pedro Simon carrega consigo a vontade e agarra de sempre, a mesma fome pelo trabalho e pela justiça, lapidada pela maturidade conquistada por anos dedicados à atuação pública. Como poucos, sustenta uma credibilidade que atrai respeito e apoio. Terá todas as condições para catalisar os anseios nacionais de um país com estabilidade econômica e desenvolvimento nacional. Os anseios por um novo Brasil, livre, grande e mais justo com os brasileiros.

Esse é o meu pensamento. Essa é a minha convicção. Deixo aqui hoje registrados não apenas meus sinceros cumprimentos, mas meu apoio ao Senador Pedro Simon nessa caminhada que será longa e difícil, mas que, ao final, será coroada com a vitória de um grande projeto para o Brasil e os brasileiros.

Muito obrigada.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PFL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, iniciamos os trabalhos de mais um ano legislativo. Com ele, o início de um novo século e um novo milênio.

Por certo, a camada menos privilegiada da sociedade, com o advento dos novos tempos, sonha com dias melhores, com mais justiça social no sentido amplo, nela compreendida segurança pública, saúde, educação, empregos etc.

E, nesse particular, grande parte desses sonhos e expectativas é depositada em nós, que somos seus legítimos representantes e fomos por eles eleitos na confiança e esperança de que nossa atuação como Parlamentar pudesse vir ao encontro dos seus anseios e diminuir seus sofrimentos.

Porém, nem sempre podemos retribuir essa expectativa na medida em que confiamos e em que também sonhávamos em realizar nesta Casa legislativa, pois, em que pese conhecer e reconhecer que nossa Câmara é uma das que mais projetos aprovam no mundo, a tramitação, em determinados casos, é muito lenta, especialmente daqueles de cunho mais popular.

No meu caso particular, apresentei um projeto, no ano passado, que isenta do pagamento de passagem em ônibus os alunos matriculados no estudo fundamental, que, por certo, contribuirá em muito no combate ao analfabetismo, conseqüentemente, na melhoria de todas as condições sociais relacionadas, o qual espero seja levado a termo, com uma tramitação rápida e que, ao final, seja integralmente aprovado.

Por tudo isso é que quero, de forma particular, formular apelo a todos os meus colegas neste início dos tempos para que deixemos de lado as causas e discussões menores e nos voltemos integralmente para a apreciação e aprovação dos projetos que tenham por objeto amenizar o sofrimento daqueles nossos irmãos, amenizando suas angústias e realizando pelos menos parte de seus sonhos.

Muito obrigada.

O SR. DIVALDO SURUAGY (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, solicito a transcrição nos Anais do Congresso Nacional de carta enviada pela maioria da bancada do Estado de Alagoas ao Sr. Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, a respeito das possíveis implicações de ordem técnica, hidrológica e operacional que a transposição das águas do rio São Francisco traria aos Estados de Alagoas e Sergipe.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

Brasília, 29 de janeiro de 2001

Senhor Ministro,

Compondo a Bancada Alagoana, na Câmara dos Deputados, gostaríamos de melhor analisar um tema tão controvertido quanto polêmico, e por estarmos preocupados com as possíveis implicações de ordem técnica, hidrológica e operacional que a Transposição das Águas do Rio São Francisco, traria aos estados que, como Alagoas e Sergipe, se situam na parte baixa desse importante estuário nacional, vimos, por meio do presente, respeitosamente requerer a Vossa Excelência informações, sobre algumas dúvidas que, como Parlamentares e como nordestinos, possuímos sobre o importante assunto:

1. Revitalização e Preservação da Bacia do rio São Francisco

O Ministério da Integração Nacional tem divulgado que, simultâneo com a Transposição, será desenvolvido um Projeto de Revitalização e Preservação da Bacia do rio São Francisco.

Gostaríamos de saber se existem Termos de Referência para esse projeto enfocando as seguintes questões: usos múltiplos da água; reservatórios e as repercussões deles decorrentes; desmatamento e suas consequências; poluição das águas?

2. Aumento de Vazões

Existem estudos conclusivos abordando as diferentes opções de transposição de águas de outras bacias para a Bacia do São Francisco, e também do aumento da vazão mínima regularizada através de barramentos nos afluentes da margem esquerda do rio?

3. Impacto Ambiental

Estão disponíveis estudos de impacto ambiental, avalizados por junta de consultores independentes? Nestes estudos foram consideradas as repercussões negativas de projetos de transposição em outras bacias, em diversas áreas da Terra?

4. Custo x Benefício

Os estudos de Custo x Benefício levaram em conta a redução de geração de energia que, segundo a Chesf, é de 2,515MWh por m³/s retirado do rio São Francisco?

5. Consumo Humano e Dessedentação de Animais

Alguns documentos, entre os quais, estudo da Universidade do Rio Grande do Norte, demonstram que água para consumo humano e dessedentação de animais nas áreas a serem beneficiadas pela transposição, poderia ser obtida por meio de suprimento local. O Ministério da Integração Nacional dispõe de argumentos concretos que invalidam as afirmações acima?

6. Irrigação

Desde a década de setenta, foram identificadas na Bacia do rio São Francisco, cerca de três milhões de hectares de terras adequadas para irrigação. Como o Ministério da Integração Nacional, que tem a responsabilidade de desenvolver a irrigação no Vale do rio São Francisco, justifica o transporte da água desse rio, a centenas de quilômetros, reservando quase três quartos do volume para irrigação de águas pastoris, em detrimento da intensificação do aproveitamento das terras irrigáveis do Vale do rio São Francisco?

7. Custos e Subsídios

Em função do investimento e dos custos de operação e manutenção da transposição, haverá um forte subsídio para a utilização das vazões transpos-

tas e utilizadas para irrigação e indústrias. O esquema econômico-financeiro está definido e claramente estabelecida a origem dos subsídios permanentes que serão necessários?

8. Barragem de Pão de Açúcar

Existe algum compromisso do Governo em implementar o Projeto da Barragem de Pão de Açúcar/AL, como meio de regularizar a vazão das águas no baixo São Francisco?

9. Cheias Artificiais

Quais as providências que estão sendo tomadas no âmbito do Ministério de Integração Nacional e seus órgãos afins, para a promoção de cheias artificiais no baixo São Francisco?

Confiantes que Vossa Excelência traduza nossa preocupação como atitude responsável em face deste tema que, por sua importância, vem ensejando tantos questionamentos em nossa região e em todo o Brasil, somos antecipadamente gratos pela atenção e aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Dantas** – Deputado **Divaldo Suruagy** – Deputado **Regis Cavalcante** – Deputado **Olavo Calheiros** – Deputado **Givaldo Carimbão** – Deputado **Augusto Farias** – Deputado **Helenildo Ribeiro**.

O SR. ARNON BEZERRA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tomou posse a nova Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que escolheu como seu Presidente, reelegendo-o para um segundo mandato, de dois anos, o grande homem público Wellington Landim.

Faço este registro, ao tempo em que saúdo, nas pessoas também dos Parlamentares Marcos Calls, Primeiro-Secretário, e Geovani Sampaio, Terceiro-Secretário, todo o corpo legislativo daquela Casa, na certeza de que terão uma Sessão Legislativa de resultados expressivos para todo o Ceará.

O SR. ROBERTO PESSOA (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, será empossada hoje a nova Direção do Tribunal de Justiça do Ceará, meu Estado. O Desembargador Haroldo Rodrigues sucederá a Desembargadora Águeda Passos, que, por sua vez, assumirá a Corregedoria-Geral da Justiça. Já na Vice-Presidência estará assumindo o Desembargador Gilson Viana, que também responderá pela Direção do Fórum Clóvis Beviláqua, como determinam as normas daquela Corte. Os novos dirigentes assumem o Poder

Judiciário cearense para o biênio 2001/2002, unidos em votação secreta, realizada em dezembro, quebrando a tradição de rodízio entre os membros do colegiado. Esta foi a segunda vez que o Tribunal de Justiça do Ceará escolheu seus dirigentes através de sufrágio, o que foi muito bem recebido pela opinião pública e comunidade jurídica como indicativo de democratização interna do Poder que se refletirá em benefício para a sociedade no geral.

Quero, neste registro, prestar homenagem não só aos novos dirigentes, mas também à Desembargadora Águeda Passos pela profícua administração, que, temos certeza, será continuada pelo ilustre Desembargador Haroldo Rodrigues. Também acreditamos firmemente que na Corregedoria a Dra. Águeda imprimirá a mesma coragem, destemore e modernidade que marcam sua trajetória. Lembro, e isso orgulha a todos os cearenses, que foi a segunda mulher a integrar o Tribunal de Justiça do Ceará, nomeada Desembargadora pelo critério de merecimento, e a primeira mulher a assumir a Presidência de um Tribunal de Justiça no Brasil. Nascida em Viçosa do Ceará, Dra. Águeda foi titular de várias comarcas no interior do Ceará antes de assumir a 9ª Vara Cível de Fortaleza.

Professora da Universidade Federal do Ceará, autora de várias obras na área de Direito, foi Corregedora Eleitoral em 1989 e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 1990. Na Presidência do Tribunal de Justiça, Dra. Águeda foi responsável pela finalização do projeto de informatização do Poder Judiciário cearense, considerado modelo hoje em todo o Brasil. Seu nome ficará na história daquela Corte, não por vaidade da magnitude de sua administração, mas pelo salto de qualidade que seu trabalho proporcionou ao Poder Judiciário. Com a interligação de todas as comarcas do Ceará, a nova estrutura significa agilidade, racionalização, produtividade e, sobretudo, transparência dos atos do Judiciário, em uma resposta eficaz às críticas, procedentes ou não, da sociedade.

Ao Desembargador Haroldo Rodrigues, que a partir de amanhã estará à frente do Poder Judiciário cearense, desejamos um auspicioso futuro. Sua experiência, saber jurídico e qualidades já demonstradas nas diversas comarcas, inclusive, em Maranguape, minha terra, onde o conheci, saberão conduzi-lo neste momento em que holofotes lançam-se sobre o Judiciário, com pedido, na Assembléia Legislativa, de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito. Nenhum Poder está imune a críticas. Entretanto, o sectarismo, o maniqueísmo e o preconceito não constro-

em. Tenho certeza de que o Dr. Haroldo e o Dr. Gilson estarão na linha de frente para dirimir todos os questionamentos hoje feitos.

Conheci o Desembargador Haroldo Rodrigues em minha comarca, em Maranguape, após incursões em Reriutaba, Sobral, sua terra, e Quixeramobim. Sou testemunha de sua determinação em aproximar o Judiciário da sociedade, estabelecendo mecanismos de convivência e imprimindo uma linha de moralidade. O ilustre Desembargador já procurou diálogo com a Ordem dos Advogados, Seção Ceará, numa sinalização do caminho que trilhará na Presidência do Tribunal de Justiça.

O Dr. Haroldo contará com a ajuda e a colaboração inestimáveis do Desembargador Gilson Viana, que com ele assume também hoje, na qualidade de Vice-Presidente, os destinos do Poder Judiciário no Ceará. Incentivador do meu trabalho político e ações parlamentares, privo com muita honra da amizade pessoal do Desembargador Gilson Viana. Esta amizade permite-me atestar seu compromisso com a austeridade, a probidade e ética e a moral. Nomeado Desembargador pelo critério de merecimento, Gilson Viana iniciou sua magistratura como Juiz da Comarca de Ipueiras. Conduziu também as Comarcas de Tamboril, Reriutaba, Quixadá, Aracati, Ipueiras, Aracoiaba, Cedro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Aurora e Várzea Alegre.

Em Fortaleza, foi Juiz da 5ª Vara Cível, da 3ª Vara Criminal, da 1ª Vara da Fazenda Pública, da Vara Única das Execuções Criminais, da Auditoria Militar e do Tribunal Regional Eleitoral. Foi Vice-Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua no biênio 1985/1986 e agora assumirá a Presidência. Se coube à Dra. Águeda Passos, em decisão política importante, fincar as bases de uma estrutura física favorável ou, melhor, imprescindível à transparência do Judiciário e à eficiência dos procedimentos judiciais, à nova Direção caberá ingressar em uma nova era, de respostas aos anseios da sociedade, com a eliminação de eventuais vícios, se preciso, cortando na própria carne. E estamos convictos de que essa será a meta da nova Direção, mantendo o Poder Judiciário no seu leito natural de guardião das leis, do Estado Democrático, fortalecendo a cidadania.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os números são impressionantes. São quase 16 milhões, no Brasil, os portadores de deficiências. E, desse total, pelo menos a metade padece de deficiência mental.

Tanto a Lei Maior quanto a legislação ordinária contemplam os portadores de deficiências com direitos como ao ensino especial e ao trabalho, mediante a fixação de quotas de trabalhadores deficientes nas empresas, além de outros direitos.

Nem sempre, no entanto, aquilo que está no contexto legal ou constitucional, produto do labor legislativo, transforma-se em realidade concreta.

E, nesse particular, a situação dos portadores de necessidades especiais é eloqüente.

No que respeita ao trabalho, por exemplo, sabe-se que em todo o País há aproximadamente 9 milhões de pessoas nessas condições em idade de trabalhar. Estão elas qualificadas para o exercício de alguma atividade laborativa, mas só conseguiram ingressar no mercado de trabalho pouco mais de 1 milhão de deficientes.

Portanto, apenas o sistema de quotas não funciona. É preciso romper a barreira do preconceito de muitos empresários e, principalmente, proporcionar melhor educação e melhor qualificação profissional ao portador de necessidades especiais, além de incentivos às empresas que os recrutarem.

Temos de reconhecer, por uma questão elementar de justiça, que a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação vem executando programas para melhor qualificar os deficientes, inclusive através da denominada educação inclusiva, que permite que aqueles freqüentem escolas regulares, juntamente com os alunos considerados "normais", facilitando sua integração. Mas muito ainda resta a ser feito.

A propósito, no Estado de Tocantins, várias iniciativas que reputamos da maior importância estão sendo implementadas, objetivando a educação profissional dos portadores de deficiências.

Mais de sessenta estabelecimentos de ensino, em 43 municípios, acolhem estudantes nessas condições.

Cursos para a formação de professores, destinados à educação especial, estão sendo ministrados e, já no próximo mês, a informática fará parte integrante do ensino especial inclusivo.

Fazendo este breve registro, Sr. Presidente, desejamos apelar ao Governo Federal para que sejam adotadas medidas visando à ampliação do mercado de trabalho para os portadores de necessidades especiais e, nesta oportunidade, queremos congratular-nos com as Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais—APAE, por seu extraordinário papel no apoio e formação profissional dessas pessoas, especialmente nas campanhas de prevenção que vêm promovendo em todo o Brasil.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 10 minutos.)